

# **BRB – Banco de Brasília S.A.**

**Demonstrações Financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2010 e 2009**

# **Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009**

## Conteúdo

Relatório da Administração	03 a 18
Parecer dos Auditores Independentes	19 a 21
Balanços Patrimoniais	22
Demonstrações de Resultados	23
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	24
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	25
Demonstrações dos Valores Adicionados	26
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	27 a 72

## Relatório da Administração - Exercício 2010

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais em vigor (Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Estatuto Social do BRB), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Conglomerado BRB, relativas ao exercício de 2010.

### CENÁRIO ECONÔMICO

---

A economia norte-americana iniciou o ano apresentando sinais de recuperação de suas atividades, mas as incertezas sobre o ritmo de crescimento global, diante dos elevados déficits fiscais apresentados por países componentes da zona do euro e possibilidades de *default* por parte de alguns deles, seguiram pressionando os mercados mundiais. Por outro lado, a melhora dos indicadores econômicos americanos no 4º trimestre e a decisão do Fed de injetar US\$ 600 bilhões ao longo dos próximos meses na economia, mantendo a taxa de juros em patamar reduzido, deram fôlego à uma melhora da atividade econômica dos EUA ao final de 2010.

No tocante à Europa, a preocupação com os elevados *déficits* fiscais dos países como Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, obrigou a Comunidade Européia e o Fundo Monetário Internacional a disponibilizarem mais de 750 bilhões de euros para conter a contaminação em toda a região. A Grécia e posteriormente a Irlanda tiveram de recorrer a esses recursos no segundo semestre, potencializando as tensões quanto a situação dos demais países, fazendo com que diversos governos fossem obrigados a adotar medidas impopulares. O Resultado foi um aumento do desemprego na região e impacto sobre o crescimento, gerando reflexos negativos sobre o euro.

Entre os emergentes, o forte crescimento chinês fez com que o governo local adotasse diversas medidas de aperto monetário (aumento de compulsório e elevação dos juros) na tentativa de restringir o crédito e mitigar o risco do surgimento de uma bolha especulativa no mercado imobiliário e ao mesmo tempo, conter a pressão inflacionária e esfriar o crescimento econômico. Contudo, o gigante asiático seguiu com níveis elevados de produção, o que contribuiu para a expansão de 10,3% em 2010 e inflação ao consumidor de 3,3%, bem acima da meta anual do governo, que era de cerca de 3%.

No caso brasileiro, a economia seguiu mostrando melhora com forte expansão da demanda interna, impulsionada pelo crescimento do emprego e da renda. O aumento dos gastos do governo, característico de ano eleitoral, também contribuiu para o expressivo crescimento da economia em 2010. Esse movimento se refletiu sobre os índices de inflação, fazendo com que o Banco Central elevasse a taxa Selic em dois pontos percentuais no ano, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. Quanto ao comércio externo, as exportações brasileiras tiveram um crescimento de aproximadamente 32% em 2010, acumulando saldo de US\$ 201,9 bilhões, e as importações aumentaram em 42%, encerrando o ano com saldo acumulado de US\$ 181,6 bilhões. Esse resultado gerou uma queda do superávit comercial de 19,8%, influenciado pelo aumento da demanda interna por produtos importados.

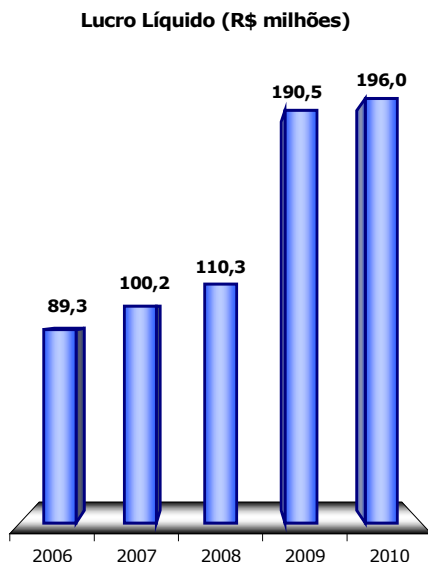
Quanto ao Distrito Federal (DF), o déficit do saldo comercial aumentou 47,3% em 2010. Isso é reflexo da expansão de 43,8% nas importações e de somente 17,5% nas exportações, ante o saldo acumulado de 2009. Já o mercado de trabalho apresentou um crescimento de 1,5%, até dezembro, com destaque para os setores de indústria e de construção. Apesar do avanço menor do nível de ocupação, comparado ao mesmo período do ano anterior, a estabilidade da renda média oferecida pelo setor público e a continuidade do crédito facilitado proporcionaram uma expansão de 8,9% nas vendas no varejo, no acumulado de janeiro/10 a dezembro/10.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

---

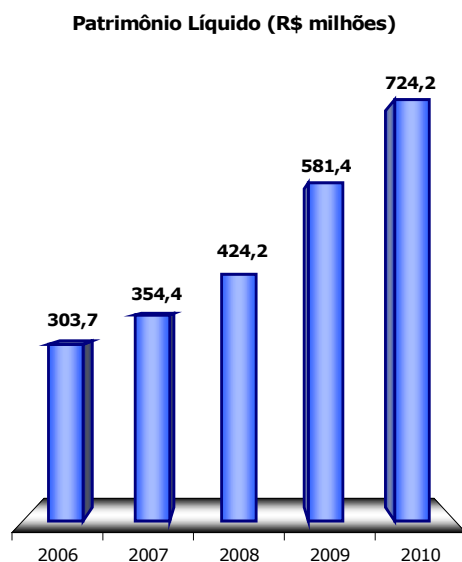
### Lucro Líquido

O BRB apresentou lucro líquido de R\$ 196,0 milhões no exercício de 2010, resultado 2,93% superior ao lucro registrado no mesmo período do exercício anterior.



### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, ao final do exercício de 2010, foi de R\$ 724,2 milhões, apresentando



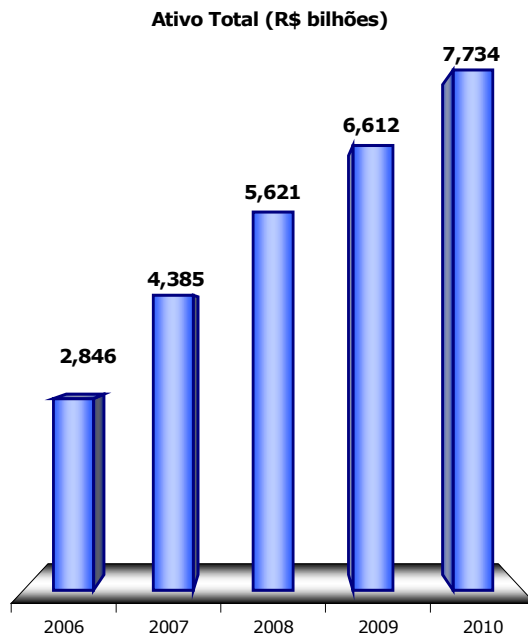
crescimento de 24,57% em relação ao final do exercício de 2009. Com esses números, o BRB obteve rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 27,07%.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

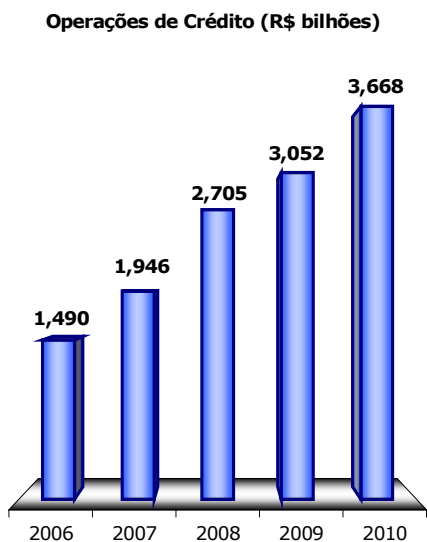
---

- O ativo total cresceu 16,95%, passando de R\$ 6,612 bilhões, em dezembro de 2009, para os atuais R\$ 7,734 bilhões. O incremento do ativo total deveu-se principalmente ao aumento das operações de crédito, com aumento de 20,18% em relação a 2009 e operações com títulos e valores

mobiliários, que apresentou crescimento de 50,94% quando comparadas ao ano de 2009.

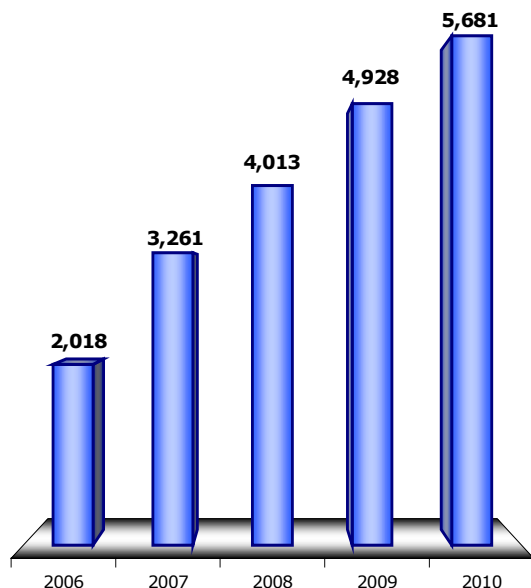


- O volume das operações com característica de concessão de crédito, no fim de 2010, totalizou R\$ 3,668 bilhões contra R\$ 3,052 bilhões registrados no fim do exercício de 2009, representando aumento de 20,18%. Com relação às operações de crédito, o BRB manteve as políticas de seletividade, pulverização e reforço de garantias reais, como forma de viabilizar a preservação de seus ativos.



- O volume de depósitos totais registrou em 2010 R\$ 5,681 bilhões contra R\$ 4,928 bilhões em dezembro de 2009, o que corresponde a um aumento da ordem de 15,27%. Destaca-se o crescimento dos depósitos a prazo, que de R\$ 2,999 bilhões no ano de 2009 passou para R\$ 3,848 bilhões ao fim de 2010, o que corresponde a 28,31% de crescimento.

Depósitos Totais (R\$ bilhões)



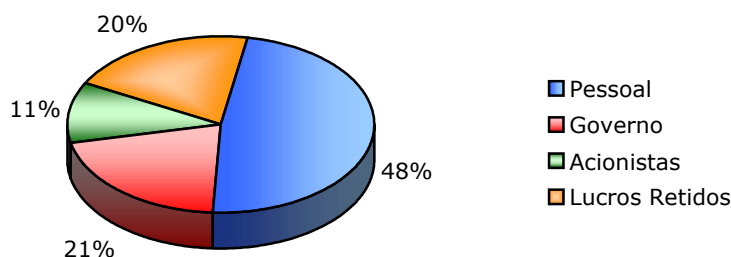
- As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 1,425 bilhão, apresentando crescimento de 21,46% em relação aos R\$ 1,173 bilhão apresentados ao fim do exercício de 2009.
- As despesas de intermediação financeira foram de R\$ 549,6 milhões, contra R\$ 460,9 milhões apresentados no mesmo período do exercício anterior, com um aumento de 19,24%.

### Destaques:

Resultado	2010	2009	Variação 2009 (%)
<b>Lucro Líquido</b>	R\$ 196,0 milhões	R\$ 190,5 milhões	2,93%
Receitas de Intermediação Financeira	R\$ 1,425 bilhão	R\$ 1,173 bilhão	21,46%
Despesas de Intermediação Financeira	R\$ 549,6 milhões	R\$ 460,9 milhões	19,24%
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Variação 2009 (%)</b>
Ativo Total	R\$ 7,734 bilhões	R\$ 6,612 bilhões	16,95%
Operações de Crédito	R\$ 3,668 bilhões	R\$ 3,052 bilhões	20,18%
Depósitos Totais	R\$ 5,681 bilhões	R\$ 4,928 bilhões	15,27%
Patrimônio Líquido	R\$ 724,2 milhões	R\$ 581,4 milhões	24,57%

### VALOR ADICIONADO

No exercício de 2010, após a apuração do valor adicionado, constata-se que do total de recursos gerados pelo Banco de Brasília S.A., 48% fora distribuído como remuneração à sua força de trabalho, por meio de salários, honorários, benefícios, encargos sociais e participações; 21% como remuneração ao governo através do recolhimento do INSS e pagamento de despesas tributárias, inclusive IR e CSLL; aproximadamente 11% como remuneração aos acionistas, mediante a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e 20% como retenção de lucros.



## REDE DE ATENDIMENTO

---

O BRB dispõe de 103 Pontos de Atendimento, assim divididos:

k) Sessenta e duas agências, das quais 53 no Distrito Federal, 5 localizadas em outras capitais (Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo) e 4 no interior do Estado de Goiás;

l) Quarenta e um postos de Atendimento bancário, de arrecadação e pagamentos.

m) Além disso, conta também com 714 terminais de autoatendimento.

Em 2010, foram inauguradas as agências: Campo Grande, Cuiabá, ADE Águas Claras e o PAB Parque Rural, localizado na antiga sede da Câmara Legislativa do DF.

O Banco implementou novo modelo de correspondente não bancário com condições estruturais e operacionais mais simplificadas com o objetivo de reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada para a prestação do serviço. Em 2010, foram instaladas 13 unidades desse novo modelo de correspondente. A estrutura atual conta com o apoio de 95 correspondentes ativos e mais 24 em fase de contratação.

### BRB EM GRANDES NÚMEROS

Base Total de Clientes: **476.219**

Servidores do GDF: **194.586**

Montante de pagamento de benefícios sociais: **R\$ 160.431.996,36**

Concessão de Crédito: **R\$ 5,406 bilhões**

Captação: **R\$ 5,714 bilhões**

Quantidade de benefícios pagos a aposentados e pensionistas do INSS em 2010: **519.093**

Rede de Terminais de Autoatendimento: **714**

Rede de Agências: **103** distribuídas em todas as Regiões Administrativas do DF e em outros estados do Brasil (Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Transações no Internet Bank: **32,5 milhões**

Transações nos canais de Autoatendimento: **33,7 milhões**

## BASE DE CLIENTES E QUANTITATIVO DE CONTAS

---

O BRB atende a 476 mil clientes, mantendo sob sua administração mais de 400 mil contas- correntes, sendo que, 85% desse total, corresponde a pessoa física, 6% a pessoa jurídica, 8% a conta salário, e 1% outras contas. Além disso, administra mais de 319 mil contas de poupança, em sua maior parte (78%) pessoa física.

## CAPTAÇÃO

---

No ano de 2010 as captações globais do Banco cresceram 14,42%, alcançando um volume de 5,714 bilhões. Esse resultado, fruto do trabalho contínuo e coordenado entre a Administração e os Pontos de Atendimento propiciou o atingimento das metas orçadas, o incremento da liquidez, aumento no volume de recursos disponibilizados para as linhas de crédito e, conseqüentemente, maior competitividade do Banco no Mercado Financeiro.

Nesta linha de crescimento sustentável delinea-se um cenário extremamente favorável aos novos desafios e à solidez do BRB, que se consolida como importante agente de fomento no desenvolvimento regional.

## CRÉDITO

---

<b>Carteira de Crédito (R\$ milhões)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Varição 2009 (%)</b>
Pessoa Física	2.329,5	3.429,00	47,19%
• Crédito Consignado	1.029,9	1.939,84	88,35%
Pessoa Jurídica	1.536,71	1.656,06	7,77%
Carteira de Desenvolvimento*	300,3	399,8	33,13%
<b>Total</b>	<b>4.166,5</b>	<b>5.484,86</b>	<b>31,64%</b>

\*Refere-se ao somatório das carteiras de crédito Imobiliário, Industrial e Rural.

### Comercial:

Em 2010, o crédito para pessoas físicas cresceu 47,19% em relação ao ano anterior. Podemos destacar o aumento expressivo nas contratações referentes ao crédito consignado, as quais obtiveram crescimento de 88,35% em relação ao ano de 2009.

As operações de PJ no varejo registraram expressivo crescimento em 2010, quando nas linhas de Capital de Giro para MPE e Antecipação de recebíveis de Cartão (Visa e Mastercard) na ordem de 176,47%, passando de R\$ 50,8 milhões em 12/2009 para R\$ 141 milhões em 12/2010. E nesse foco, após análise da base de PJ, propôs-se, para o primeiro semestre/2011, crescimento nessas linhas de 18%a.s., acima do índice proposto pela Febraban de 18,8% a.a.

Várias medidas operacionais impulsionaram a carteira de crédito comercial, a principal delas foi a automatização da concessão do crédito. Com isso, os empréstimos podem ser contratados pelos clientes diretamente nos terminais de autoatendimento e no banknet, com base nos limites pré-aprovados.

### Rural:

Ao longo de 2010, a aplicação de recursos voltados para o crédito rural, contratados diretamente pelo BRB, cresceu 42,96% em relação ao ano de 2009.

A política de crédito do BRB priorizou o atendimento de crédito ao DF e à Ride. Ocorreram atendimentos a clientes cujos empreendimentos estavam fora da Ride, levando-se em conta a tradição no setor agropecuário e a relação do cliente com o Banco.

No atendimento de operações de custeio agrícola, que abrangeu lavouras de soja, milho e feijão, passou-se a exigir a contratação do seguro agrícola, como forma de ampliar a segurança e oferecer novos benefícios aos produtores rurais. Para tanto, foram indicadas duas empresas de seguros: a Proagro e a Seguradora Brasileira.

Em 2010 foram contratadas cerca de 500 operações de crédito rural atendidas em sua grande maioria com recursos obrigatórios. Porém, algumas operações de investimento foram contratadas com recursos do BNDES, principalmente no BNDES PSI - Programa de Sustentação de Investimento



subsidiado pelo Governo Federal com taxas que variaram entre 4,5% a 5,5% ao ano.

### **Industrial:**

No crédito industrial houve crescimento da demanda pelos recursos do FCO e do BNDES voltados ao fomento do segmento produtivo. A área reestruturou seus processos, qualificou a equipe de análise das propostas e treinou a rede.

O crédito industrial tem cumprido o seu principal objetivo que é suprir os recursos necessários ao financiamento de programas e de projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social da região e, além disso, apoiar iniciativas que objetivem, entre outros, ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão ou realocação de empreendimentos. Em 2010, foram mais de R\$ 18 milhões em créditos concedidos à indústria.

### **Imobiliário:**

No setor imobiliário o BRB apoiou a produção e a aquisição de unidades habitacionais e comerciais. Em 2010, houve um aumento de mais de 35,70% na concessão de crédito imobiliário em relação ao ano de 2009.

#### **Ações para Divulgação da carteira imobiliária:**

- Participação na 5ª Feira de Imóveis de Brasília realizada pela W. Imóveis, de 24 a 28 de novembro/2010, na qual foram realizados 697 atendimentos, prospectando potenciais clientes e demonstrando os produtos desta Carteira Imobiliária;
- Parceria com as construtoras para efetuar o desligamento, que é o financiamento dos imóveis produzidos aos prováveis adquirentes.

#### **Produção de imóveis:**

Em 2010, o BRB, através do produto Plano Empresário proporcionou a construção de 1.592 imóveis habitacionais e 40 comerciais.

#### **Geração de empregos:**

Na construção dos imóveis acima mencionados, o BRB proporcionou a geração de 2.211 empregos.

#### **Sustentabilidade:**

Em 2010, o BRB priorizou a análise de projetos para construção de empreendimentos residenciais e comerciais em conformidade com recomendações do Sindicato dos Construtores do Distrito Federal – Sinduscom. Tais recomendações visam:

- Reaproveitamento de águas pluviais em banheiros (descarga), jardins e lavagem de áreas comuns;
- Utilização de materiais recicláveis e madeiras de reflorestamento na construção;
- Alfabetização de operários nos canteiro de obras.

## **TECNOLOGIA BANCÁRIA**

---

Na área de tecnologia bancária, em 2010, foram concluídos ou encontram-se em fase de homologação projetos, tais como:

- O produto CDC Veículos, linha de crédito oferecida pela Financeira BRB, destinada a financiamento de automóveis zero quilômetro ou usados (até cinco anos de fabricação) nacionais ou importados, exclusivamente para pessoas físicas.

- Com a conclusão do Projeto Pré-aprovado, o limite de crédito disponível aos clientes passou a constar em seus extratos. Esse limite refere-se a operações de crédito parceladas, disponíveis nos

canais de autoatendimento.

- O Projeto Compe com Imagem está em fase de homologação. Esse projeto visa a troca de arquivos eletrônicos com os dados dos cheques e suas respectivas imagens, em substituição à troca física dos cheques nas câmaras de compensação de cada praça.

- A primeira fase do projeto da "conta única" foi implantada. Esse serviço permite aos clientes pessoas físicas e jurídicas ter um único número para a conta-corrente e a conta de poupança, utilizando-se o mesmo cartão e a mesma senha para ambas as contas, de forma prática e segura.

- Está em fase de homologação, o projeto que permitirá a compra a débito com os Cartões Sociais, proporcionando, desta forma, a bancarização dos beneficiários dos projetos sociais do Governo do Distrito Federal.

- Implantado, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST/GDF, o Sistema de informação de Beneficiários do GDF - o SIBGDF, com o propósito de manter atualizada a base cadastral dos clientes usuários de benefícios sociais do GDF.

- Implementou-se a opção "consulta recibos pagamentos multicanal" para permitir aos clientes consultar, no BRB Banknet e Módulo Administrativo do BRB Banknet, a 2ª Via dos recibos dos pagamentos realizados pelo caixa, BRB Banknet, autoatendimento e BRB Telebanco.

- Habilitou-se também a opção de consulta de contracheques de empregados de empresas privadas que possuem conta-salário, junto ao BRB

- Criou-se a opção de pagamento e outras transações financeiras para pessoa jurídica no sistema de gerenciamento financeiro BRB Negócios.

- Implantou-se o novo cartão com chip, para a bandeira Mastercard, com as funções de crédito e de débito.

- Implantaram-se, em todas as máquinas de autoatendimento do BRB, dispositivos para acesso de usuários da língua brasileira de sinais – Libras, em conformidade com as exigências legais.

- Atualizou-se o parque de switches 3COM que compõe o anel de conectividade do BRB. Essa atualização permitiu simplificar a rede e implantar dispositivos de segurança, através da autenticação das rotas dinâmicas para comunicação com as agências.

- Implementou-se o Projeto de Consolidação e Virtualização de Servidores de Baixa Plataforma, que possibilitou aumentar a capacidade de processamento atual da infraestrutura tecnológica.

- A internalização de uma central de serviços de TI propiciou melhor gerenciamento de incidentes e de problemas de tecnologia da informação. Essa central de serviços é um canal único de relacionamento entre usuários e a área de TI do BRB.

- Consolidou-se a implantação do novo "outsourcing" de autoatendimento da rede Perto, ao longo de 2010, proporcionando uma economia efetiva de mais de R\$ 5 milhões de reais.

## **SEGURANÇA EMPRESARIAL**

---

Em 2010, o BRB, realizou as seguintes ações:

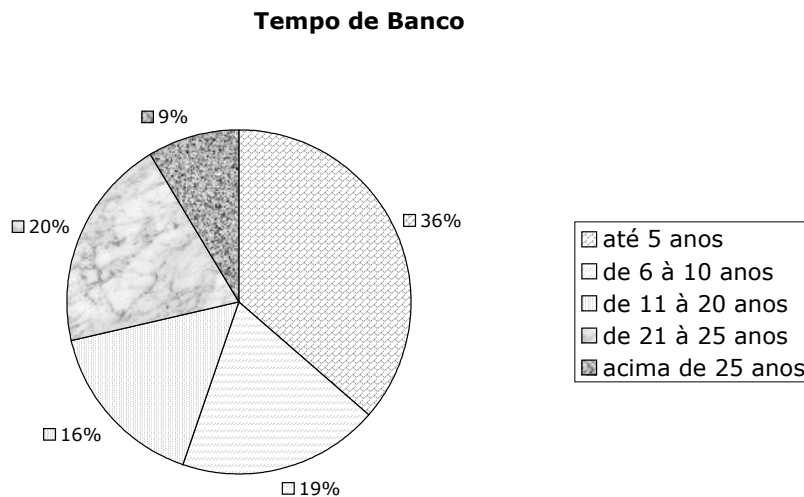
- Elaborou documento com instruções aos pontos de atendimento, com o intuito de preveni-los contra a abertura de contas correntes com documentação falsa.

- Distribuição de cartilhas sobre as melhores práticas em prevenção à lavagem de dinheiro, segurança pessoal e segurança da informação.
- Realização de treinamentos e palestras sobre procedimentos de segurança aos novos escriturários, caixas, gerentes de negócios e correspondentes não bancários.
- Intensificação do monitoramento da rede de autoatendimento, a fim de prevenir e recuperar valores objeto de fraudes por clonagem de cartão.
- Estreitamento do relacionamento com as delegacias especializadas (Delegacia de Defração e Falsificação - DEF, Delegacia de Repressão a Roubos - DRR, Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado - DECO, Delegacia de Roubos e Furtos - DRF). Esse relacionamento propiciou ações tempestivas no combate ao crime organizado e contribuiu para a detenção de criminosos que atuavam no Distrito Federal. Além disso, permitiu atendimento tempestivo das solicitações de quebra de sigilo bancário aos órgãos judiciais, contabilizando mais de 3.800 ofícios em 2010.
- Atualização da Política de Segurança da Informação e definiu-se o padrão de acesso de usuários a vários sistemas corporativos.
- Com o propósito de oferecer maior segurança aos clientes do BRB, o processo de migração dos cartões de tarja para a tecnologia chip está em fase de conclusão.

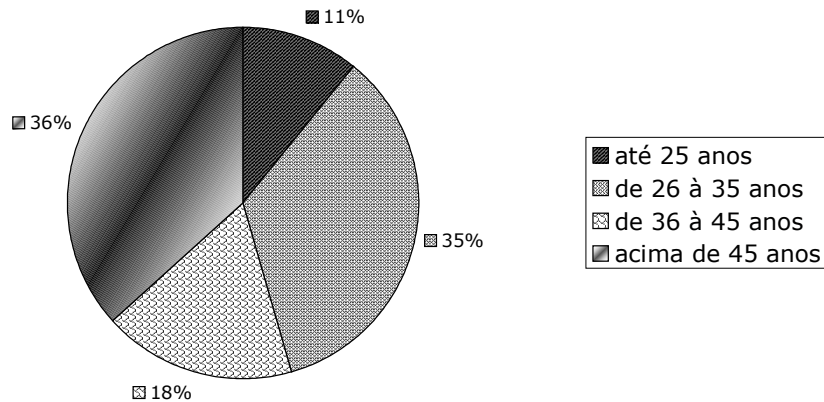
## GESTÃO DE PESSOAS

---

O BRB encerrou 2010 com **2.474** empregados, **646** terceirizados, **369** estagiários e **105** jovens aprendizes.



## Idade dos Funcionários



### a. Encarreamento:

- Realizou-se a 1ª Etapa do processo de identificação de perfil para todo o Conglomerado BRB, do qual participaram 1.543 empregados. Nessa 1ª fase, foram aplicadas provas de conhecimentos específicos.
- No primeiro trimestre de 2010 foram realizados dois processos para identificação de perfil para o preenchimento de cargos nas agências Cuiabá e Campo Grande e para a função de Especialista em Risco. Para os dois processos participaram 562 empregados. No 2º semestre de 2010 foram preenchidas vagas para novos cargos: Auxiliar Administrativo - 19 vagas, Gerente de Negócios - 39 vagas e Gerente de Expediente - 01 vaga.

### b. Qualidade de Vida e Bem Estar:

- Ampliação do projeto "Corredores de Rua do BRB" e realização da II Olimpíada BRB. Estas ações são parte integrante do Programa Vida Ativa, que busca promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos empregados do Conglomerado BRB.
- Em abril foi realizado o II Sarau Cultural do BRB, cujo lema era "cultura também é qualidade de vida", que contou com a participação de cerca de 300 pessoas. O objetivo desse evento foi promover a integração dos colaboradores e divulgar os talentos internos por meio da música, poesia, dança, fotografia, pintura, entre outros tipos de manifestação artística.

### c. Ampliação do quadro de pessoal:

- Em 2010, foram admitidos 212 escriturários, 2 médicos, 14 advogados, 1 engenheiro do trabalho e 1 escriturário com deficiência física.

### d. Benefícios:

- Incremento de 50 vagas para o auxílio-idioma e acréscimo do idioma francês entre os cursos contemplados.

- Concessão de auxílio-instrução para pós-graduação:

Ampliou-se o auxílio-instrução, que passou a contemplar cursos de pós-graduação para todos os empregados com quatro anos ou mais de Banco, detentores de funções a partir de gerente de expediente/supervisor de processos. O valor destinado a esse fim, em 2010, foi de R\$ 2,15 milhões.

#### **e. Capacitação:**

Visando desenvolver profissionalmente seus colaboradores, o BRB ofereceu cursos e treinamentos de atualização profissional ou específicos para aquisição de certificações imprescindíveis ao exercício das atividades bancárias.

a. Considerando-se que um mesmo empregado participou de mais de um treinamento, 5.451 colaboradores participaram de treinamentos internos e externos promovidos pelo Banco.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

---

O tópico "Governança Corporativa" foi implantado no Portal BRB, a fim de proporcionar maior transparência e visibilidade do Conglomerado BRB perante seus acionistas. Constam deste tópico os resultados financeiros, o Código de Ética do BRB e outras informações, conforme recomendação e princípios adotados como as melhores práticas de governança corporativa. Essas informações estão disponíveis para consulta a todos os *stakeholders* do Conglomerado BRB.

### **a. Gestão de Riscos**

#### **a.1 Risco de Crédito**

O Banco de Brasília, de acordo com a Resolução CMN 3.721/09, instituiu a Gerência de Controle do Risco de Crédito – Geric, vinculada ao Departamento de Risco Institucional – Deris, e à Diretoria de Controle – Dicon. Essa unidade, que é independente das áreas de negociação e de auditoria interna, definiu e aprovou sua política de gerenciamento do risco de crédito.

O BRB apura mensalmente a exigência de capital para risco de crédito, de acordo com metodologia padronizada, estabelecida pela Circular Bacen 3.360/07 e alterações.

O gerenciamento do risco de crédito é realizado através da elaboração e da divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente, para análise e deliberações, ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada do BRB.

Nesses relatórios, as carteiras de crédito são avaliadas mediante análises de inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito, níveis do patrimônio de referência – PR, alocação de capital regulamentar, índice de Basileia da Instituição, entre outros. As discussões do Comitê são submetidas à Dicol para tomada de decisão. Nesse Comitê, são estabelecidas as diretrizes para a política de gestão do risco de crédito e são propostas ações estratégicas para a redução e a mitigação desse risco.

Sob a ótica do gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito, a política de alocação de recursos do Conglomerado BRB foi revisada e aprovada. Essa política tem como objetivo garantir a aplicação de recursos nos negócios da Instituição, mediante a aplicação de regras claras de governança e de acordo com políticas e estratégias estabelecidas pela Diretoria do Banco.

#### **a.2 Risco de Mercado e Gestão de Ativos e Passivos**

A apuração, o monitoramento, o controle e o reporte do risco de mercado e a gestão de ativos e

passivos do Conglomerado evoluíram durante o ano. Os cálculos de valor exposto ao risco (VaR), os testes de estresse e de validação do modelo (*backtesting*) foram aprimorados. As informações geradas pela área de risco são condensadas em relatórios específicos, remetidos à alta administração, para subsidiar a definição de estratégias com a intenção de tornar a gestão de risco de mercado mais efetiva.

### **a.3 Risco Operacional**

O processo de controle de riscos operacionais no BRB é importante instrumento de gestão de riscos. Tem como objetivo fornecer informações completas, precisas e tempestivas, a fim de propiciar aos administradores subsídios para identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos da instituição. Além disso, assegura uma condução negocial compatível com a legislação externa e com as políticas e diretrizes definidas para o Banco.

#### **Estrutura**

O gerenciamento do risco operacional do Conglomerado BRB é executado diretamente pela Gerência de Controle do Risco Operacional (Geris), vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional (Deris) e independente da área negocial e de auditoria interna, visando evitar conflito de interesses. As áreas de Segurança Empresarial e de Tecnologia da Informação atuam em parceria com o Departamento de Risco Institucional.

O Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional complementa a estrutura organizacional que sustenta o ambiente de gerenciamento de Risco Operacional. Esse comitê, composto por Diretores e Gerentes Executivos, tem a finalidade de determinar diretrizes para a política de risco operacional do Conglomerado BRB, acompanhar a evolução da base de perdas operacionais, a fim de propor ações mitigadoras para os riscos que as causaram. Além disso, o comitê acompanha a evolução de Indicadores Chaves de Risco - ICRs, analisa relatórios de mapeamento de riscos e aprova metodologias e normatização relativas à gestão de riscos operacionais.

O processo de gerenciamento do risco operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identifica e analisa riscos, a fim de reduzir perdas operacionais e melhoria operacional. A abordagem quantitativa, visa mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital.

Considerando-se a abordagem quantitativa, o BRB consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada, para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite monitorar as perdas incorridas e possibilita a utilização efetiva das informações para gestão.

Entre as ações que compõem o ambiente da estrutura de gerenciamento de risco operacional do BRB, destacam-se:

#### **a) Identificação dos riscos operacionais**

Consiste em analisar os processos das áreas, visando identificar riscos operacionais e potenciais, internos e externos, os quais podem impactar os objetivos do Banco.

#### **b) Avaliação dos riscos operacionais identificados**

Trata-se de efetuar análises qualitativa e quantitativa do risco operacional, das quais são colhidos subsídios para a tomada de decisão, elaboração de estratégias de controle e mitigação, e planos de ação.

### **c) Mensuração dos riscos operacionais**

Trata-se do uso de métodos, abordagens, modelos e padrões matemáticos para o cálculo do risco operacional, do capital econômico e regulamentar exigidos, da parcela do risco operacional para compor o patrimônio de referência exigido (PRE) e de outras medidas necessárias para ações proativas e reativas de administração do risco operacional.

### **d) Controle / Mitigação dos riscos operacionais**

Ações que tratam da execução de planos e de medidas de correção e de adequação, quando se verificam desvios das práticas e processos em relação ao esboço normativo e organizacional que rege a gestão do risco operacional.

### **e) Monitoramento dos riscos operacionais**

Consiste na execução de um sistema ou processo de vigilância, com o objetivo de verificar se as práticas e processos existentes e mapeados estão em conformidade com os regulamentos interno e externo.

### **f) Documentação e armazenamento**

É o processo de registro, de comunicação e de formação de banco de dados sobre perdas operacionais.

### **g) Exigência legal**

A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional está disponível para acesso público no endereço eletrônico <http://portal.brb.com.br/para-voce/relacionamento-com-investidores/gestao-de-risco/risco-operacional/218-risco-operacional-outros>, em atendimento ao § 2º do Art. 4º da Resolução CMN 3.380 de 2006.

## **CONTROLES INTERNOS**

---

Em agosto de 2010, foi criado o Departamento de Controles Internos e Conformidade - Decic, vinculado à Diretoria de Controle - Dicon. Competem a esse novo departamento a gestão de controles internos e conformidade, e a gestão da prevenção à lavagem de dinheiro.

O novo departamento atuou na publicação e na distribuição de normativos, na identificação de pontos de conformidade em normas internas (manuais), na intermediação entre áreas internas e os órgãos reguladores e fiscalizadores externos. Além disso, acompanhou a implementação de ações para atendimento de exigências legais.

Com relação às normas e às conformidades, o BRB acompanhou as ações para implementar a Resolução CMN 3.721, para atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Acessibilidade, intermediou os contatos entre o Bacen e as diversas áreas do Banco durante trabalhos de supervisão, coordenou as solicitações feitas pelas auditorias independentes PWC e BDO e monitorou as ações realizadas para atender demandas de órgãos reguladores externos e de auditoria independente.

Quanto aos controles internos, o Decic revisou todos os procedimentos e rotinas de acompanhamento das demandas de órgãos de fiscalização e supervisão, coordenou as ações para atendimento das normas internacionais de contabilidade IFRS e publicou semanalmente ao Grupo BRB dicas das

melhores práticas e conceitos básicos sobre o ambiente de controle interno.

## **ÍNDICE DE BASILÉIA**

---

Em conformidade com o Novo Acordo de Capitais - Basileia II, o Índice de Solvabilidade do **Conglomerado Financeiro BRB**, o qual mede a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em dezembro de 2010, foi de 16,38%. Nesse mesmo período, o Limite de Imobilização foi de 14,56% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização. Para o **Conglomerado Econômico-Financeiro BRB**, o Índice de Solvabilidade foi de 16,04% e o Limite de Imobilização foi de 14,76% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização.

## **PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO**

---

O processo de prevenção à lavagem de dinheiro passou pelas auditorias externas do Banco Central do Brasil - Bacen, *PricewaterhouseCoopers* e BDO Trevisan Auditores Independentes, além de trabalhos de auditoria interna realizados no primeiro semestre de 2010. Os resultados desses trabalhos foram utilizados para a evolução dos procedimentos em relação à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro.

Para propiciar um melhor resultado nos trabalhos de prevenção à lavagem de dinheiro foi criada a GEPRE - Gerência de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, área específica para a avaliação das operações que possam representar indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Objetivando efetividade no resultado das suas atribuições, foram desenvolvidas ações fundamentais como:

- alteração da Política e do Manual de Procedimentos do Banco em relação à prevenção à lavagem de dinheiro;
- recomposição do Comitê de Prevenção à Lavagem de dinheiro, incluindo representantes das áreas mais expostas à prática de lavagem de dinheiro;
- criação de uma alçada colegiada para deliberação quanto à comunicação de indícios de lavagem de dinheiro ao COAF.

## **INFORMAÇÕES RELEVANTES**

---

a) Para permitir maior controle dos dados cadastrais inseridos manualmente no sistema Base Única de Clientes - BUC, foi implementada, em abril de 2010, o processo "dupla assinatura", que permite identificar o empregado responsável pela atualização dos dados cadastrais dos clientes, assim como do gerente responsável pela confirmação dos dados.

b) Em março de 2010, foi implementada a atualização de endereços de correspondência por meio dos terminais de autoatendimento e pelo banknet. Essa medida visa manter atualizados os endereços de correspondência dos clientes e reduzir os custos pela devolução de correspondências emitidas pelo Banco.

c) Após a implantação de valores pré-aprovados nas linhas de créditos parcelados e rotativos para pessoas físicas, no primeiro semestre/2010, foi feita a inclusão dos produtos de antecipação de recebíveis, aumentando, desta forma, o número de operações pré-aprovadas à disposição dos clientes.

Além disso, os clientes pessoa jurídica também começaram a contar com linhas de crédito pré-aprovadas. A metodologia de concessão dos créditos é resultado de estudos de comportamento e métricas de inadimplência. Com o cruzamento dessas informações, foram criados modelos de



classificação de risco dos perfis dos clientes, nomeados como modelos de aptidão, que aferem a propensão e a adimplência do cliente e a decorrente mitigação do risco de concessão.

d) Para agilizar a oferta de produtos e serviços aos seus clientes, implantou-se, em julho/2010, mecanismo de adesão ao "Contrato Único" por meio do autoatendimento e do Banknet.

e) Com a finalidade de cumprir legislação vigente sobre acessibilidade, 62 pontos de atendimento do BRB foram adaptados, do ponto de vista arquitetônico, em 2010. Essa medida visou garantir o acesso apropriado às pessoas com deficiência, proporcionando-lhes conforto, independência e segurança na utilização dos ambientes, equipamentos e funcionalidades do espaço edificado.

f) Presentes em todo o Distrito Federal e no entorno, as unidades de correspondentes não bancários, conhecidas como "BRB Conveniência", estão em fase de expansão. Além disso, foi instituído um novo modelo de correspondente não bancário, o "BRB Vizinhança", a fim de ampliar a rede de atendimento aos clientes do Banco.

A implantação desse novo modelo de correspondente não bancário visa reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada; aumentar a base de clientes e o acesso da população aos serviços bancários, tais como: saques, depósitos e pagamentos de contas. Esses novos correspondentes contribuem também para ortalecer ainda mais a marca do BRB.

g) Em 2010, lançou-se o primeiro produto para a oferta de crédito no correspondente não bancário, o "Empréstimo Pessoal com Garantia de Cheque pré-datado". Essa modalidade de empréstimo destina-se à pessoas físicas não correntistas do BRB, que não possuam restrições financeiras e que sejam titulares de conta-corrente com cheque especial em outra instituição financeira, há pelo menos um ano.

h) O BRB alcançou ganhos em sua rentabilidade com ressarcimentos oriundos do uso de seu Balcão pelas empresas Cartão BRB, no montante de R\$ 14,3 milhões e Corretora Seguros BRB, no total de R\$ 10,7 milhões. Ademais, o Banco de Brasília recebeu R\$ 8,5 milhões da Cartão BRB proveniente da utilização da Marca BRB.

## **AÇÕES SOCIAIS, SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS**

Os tópicos referentes às ações sociais, sustentabilidade, responsabilidade social e patrocínios estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade – 2010 e no site do BRB ([www.brb.com.br](http://www.brb.com.br)).

## **CONTABILIDADE INTERNACIONAL**

O Brasil, por meio da Lei Federal nº 11.638/2007, aderiu às normas internacionais de contabilidade promulgadas pela *International Accounting Standards Board* (IASB). Além disso, o Banco Central do Brasil (BACEN), nos termos da Resolução nº 3.786/2009, determinou que as instituições financeiras divulgassem as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais, a partir da data-base 31/12/2010, com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB. No entanto, para as demonstrações individuais manteve a aplicação das normas vigentes por ele emitidas.

A adoção completa em IFRS pelas instituições financeiras, tendo em conta a obrigatoriedade de emissão e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, impôs mudanças na forma como deverá ser avaliado o patrimônio dos bancos, notadamente com relação às perdas com as operações de crédito, a redefinição dos fluxos de caixa dos ativos e passivos financeiros considerando a taxa efetiva de juros das operações, a avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros, a mensuração e a avaliação do valor recuperável do ativo, e a mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros.

O BRB fez os diagnósticos das diferenças entre as normas emitidas *pela International Accounting Standards Board (IASB)* e os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil. Este diagnóstico é o subsídio principal para apuração dos ajustes necessários à convergência às normas internacionais, os quais estão em fase de apuração, com previsão para conclusão no prazo legal.

No âmbito da instituição, as principais divergências de aplicação das normas internacionais em relação às normas locais ocorreram na mensuração das perdas com operações de crédito, nos ajustes temporais de provisões para contingências fiscais e na mensuração de perdas com outros ativos financeiros. Contudo, até o presente momento não há uma estimativa mensurável e segura sobre os impactos nas demonstrações financeiras a serem divulgadas de acordo com os pronunciamentos do IASB.

## **INFORMAÇÕES LEGAIS**

---

Conforme disposto no Artigo 8º da **Circular Bacen 3.068**, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devam auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deva exercer funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado Econômico-Financeiro BRB, para as quais a BDO Trevisan Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A., BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a Cartão BRB S.A. e a Corretora Seguros BRB S.A.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O Banco de Brasília apresentou, no exercício de 2010, o maior lucro da sua história. Esse resultado só foi possível ser alcançado devido à confiança e fidelidade de seus clientes, ao apoio da população do Distrito Federal, ao trabalho e dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e à orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Banco de Brasília S.A.  
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco de Brasília S.A., identificadas como BRB – Múltiplo e BRB – Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração do Banco de Brasília S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco de Brasília S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco de Brasília S.A. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA POR LIMITAÇÃO DE ESCOPO**

Conforme mencionado na nota explicativa Nº12, em 31 de dezembro de 2010, o Banco de Brasília S.A. possui investimento, resultado negativo de equivalência patrimonial e receita de amortização do deságio na controlada direta Cartão BRB S.A., nos montantes de R\$41.608 mil (individual), R\$13.100 mil (individual) e R\$14.265 mil (individual), respectivamente. Entretanto, a referida controlada direta encontra-se em processo de reconciliação de determinados ativos e passivos relacionados aos valores a receber e a pagar oriundos das transações com as operadoras de cartões de crédito.

Adicionalmente, a controlada direta, possui registrado no ativo não circulante como intangível o montante de R\$121.189 mil, líquido de amortização, decorrente do direito exclusivo de uso dos balcões de negócios do Banco de Brasília S.A., mensurado por meio de avaliação econômico-financeira elaborada por empresa especializada; todavia, a administração da Cartão BRB S.A. encontra-se em processo de redimensionamento das premissas orçamentárias e dos fluxos de caixa de suas operações e, análise de possíveis efeitos advindos de interpretações de novas práticas adotadas no Brasil sobre esse tema. Como consequência, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores, naquela data.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação de escopo", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira do Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS

Chamamos a atenção para a nota explicativa Nº7, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), relacionados a financiamentos habitacionais, no montante de R\$178.773 mil (individual e consolidado), líquidos de provisão para perdas e registrados no ativo não circulante na conta de créditos vinculados. A provisão consignada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$43.197 mil (individual e consolidado), foi estimada pela Administração com base em um novo estudo histórico, que estabelece os critérios estimados de perdas prováveis que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pela regulamentação vigente do Fundo. A realização e a valorização desses créditos quando da conversão para Títulos e Valores Mobiliários (CVS) estão condicionadas à aderência ao conjunto de normas e procedimentos estabelecidos nessa regulamentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Chamamos a atenção para a nota explicativa Nº10, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui registrados em seu ativo créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre diferenças intertemporais nos montantes de R\$124.581 mil e R\$139.016 mil, individual e consolidado, respectivamente. Os montantes a serem utilizados no futuro para fins de compensações fiscais estão condicionados à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da Administração, cuja realização está prevista para os próximos dez exercícios sociais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## ÊNFASE EM RELAÇÃO À CONTROLADA DIRETA

Chamamos a atenção para a nota explicativa Nº12, que demonstra o investimento do Banco de Brasília S.A. na controlada direta BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no montante de R\$22.542 mil, avaliado por meio de método da equivalência patrimonial. Todavia, a referida controlada apresentou: a) prejuízo operacional e concentração em suas operações de crédito; b) transações significativas com partes relacionadas; e c) créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre diferenças intertemporais no montante de R\$13.477 mil, condicionados à geração de lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras do Banco de Brasília S.A. individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer em 25 de fevereiro de 2010 com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras, quanto: a) à limitação de escopo em relação às provisões contingenciais, devido ao processo de revisão dos critérios e procedimentos de controles concluído no decorrer do exercício de 2010; b) à limitação em relação à apuração dos encargos financeiros dos contratos de financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), processo esse concluído no exercício de 2010, e ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores relacionados à realização dos créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e do crédito tributário.

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011

Marcelo Faria Pereira  
Sócio-contador  
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF

**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**  
 CNPJ: 00.000.208/0001-00  
 SBS QUADRA 01 BLOCO "E" EDIFÍCIO BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (em milhares de Reais)

ATIVO	BRB-MÚLTIPLO		BRB-CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.385.215</b>	<b>3.551.493</b>	<b>3.430.604</b>	<b>3.728.872</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>88.865</b>	<b>96.556</b>	<b>89.521</b>	<b>96.984</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5)</b>	<b>876.623</b>	<b>1.055.190</b>	<b>684.014</b>	<b>903.486</b>
Aplicações no mercado aberto	605.019	786.384	605.019	786.384
Aplicações em depósitos interfinanceiros	271.604	268.806	78.995	117.102
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)</b>	<b>131.965</b>	<b>296.038</b>	<b>147.786</b>	<b>313.819</b>
Carteira própria	120.749	162.318	136.570	180.099
Vinculados ao Banco Central	-	120.095	-	120.095
Vinculados a prestação de garantias	11.216	13.625	11.216	13.625
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>454.215</b>	<b>481.860</b>	<b>454.215</b>	<b>481.860</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.854	6.884	7.854	6.884
Créditos vinculados:				
Depósitos no Banco Central (nota 7a)	446.324	474.969	446.324	474.969
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (nota 7b)	37	7	37	7
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>12.051</b>	<b>16.634</b>	<b>12.051</b>	<b>16.634</b>
Transferências internas de recursos	12.051	16.634	12.051	16.634
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 8)</b>	<b>1.695.576</b>	<b>1.520.012</b>	<b>1.734.275</b>	<b>1.556.991</b>
Operações de crédito:				
Sector público	1.548	2.403	1.548	2.403
Sector privado	1.777.838	1.569.289	1.818.537	1.607.893
(Provisões para operações de créditos) (nota 8f)	(83.810)	(51.680)	(85.810)	(53.305)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>123.540</b>	<b>83.099</b>	<b>305.041</b>	<b>356.788</b>
Bandas a receber (nota 9b)	15.065	7.359	16.233	7.443
Créditos específicos (nota 9d)	561	68	561	68
Negociação e intermediação de valores	762	21	763	21
Créditos de usuários (Cartão BRB)	-	-	181.826	194.065
Carteira de câmbio	-	6.266	-	6.266
Diversos (nota 9e)	107.152	69.385	105.658	148.925
<b>OUTROS VALORES E BENS (nota 11)</b>	<b>2.380</b>	<b>2.104</b>	<b>3.701</b>	<b>2.310</b>
Outros valores e bens	369	276	1.639	276
Despesas antecipadas	2.011	1.828	2.062	2.034
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.071.781</b>	<b>2.787.831</b>	<b>4.303.264</b>	<b>2.883.261</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)</b>	<b>1.667.257</b>	<b>882.196</b>	<b>1.678.413</b>	<b>896.061</b>
Carteira própria	1.368.589	783.484	1.379.745	796.736
Vinculados a prestação de garantias	95.543	98.712	95.543	99.325
Vinculados ao Banco Central	203.125	-	203.125	-
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>178.773</b>	<b>153.578</b>	<b>178.773</b>	<b>153.578</b>
Créditos vinculados:				
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (nota 7b)	178.773	153.578	178.773	153.578
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 8)</b>	<b>1.768.980</b>	<b>1.351.206</b>	<b>1.933.602</b>	<b>1.495.170</b>
Operações de crédito:				
Sector público	1.738	3.281	1.738	3.281
Sector privado	1.804.204	1.393.829	1.970.996	1.542.295
(Provisões para operações de créditos) (nota 8f)	(36.962)	(45.904)	(39.132)	(50.406)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>282.532</b>	<b>195.334</b>	<b>397.354</b>	<b>214.696</b>
Bandas a receber (nota 9b)	-	4.714	-	4.714
Créditos específicos (nota 9d)	3.527	3.384	3.527	3.384
Créditos de usuários (Cartão BRB)	-	-	2.362	-
Diversos (nota 9e)	279.005	187.236	391.465	206.598
<b>OUTROS VALORES E BENS (nota 11)</b>	<b>5.981</b>	<b>5.154</b>	<b>5.981</b>	<b>5.154</b>
Outros valores e bens	6.577	5.842	6.577	5.842
(Provisões para desvalorizações)	(596)	(688)	(596)	(688)
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>106.004</b>	<b>132.023</b>	<b>44.519</b>	<b>47.792</b>
Participações em coligadas e controladas no país (nota 12b)	103.435	129.454	832	832
Outros investimentos	2.908	2.908	44.026	47.299
(Provisões para perdas)	(339)	(339)	(339)	(339)
<b>IMOBILIZADO DE USO (nota 13)</b>	<b>39.878</b>	<b>39.055</b>	<b>41.270</b>	<b>41.096</b>
Imóveis de uso	55.021	55.021	55.021	55.021
Outras imobilizações de uso	52.399	45.637	57.190	50.199
(Depreciações acumuladas)	(67.542)	(61.603)	(70.941)	(64.124)
<b>INTANGÍVEL (nota 14)</b>	<b>19.267</b>	<b>22.616</b>	<b>20.243</b>	<b>23.045</b>
Ativos intangíveis	34.618	28.430	37.260	30.298
(Amortizações acumuladas)	(15.351)	(5.814)	(17.017)	(7.253)
<b>DIFERIDO (nota 15)</b>	<b>3.109</b>	<b>6.669</b>	<b>3.109</b>	<b>6.669</b>
Gastos de organização e expansão	15.626	19.140	15.626	19.140
(Amortizações acumuladas)	(12.517)	(12.471)	(12.517)	(12.471)
<b>TOTAL</b>	<b>7.456.996</b>	<b>6.339.324</b>	<b>7.733.868</b>	<b>6.612.133</b>

PASSIVO	BRB-MÚLTIPLO		BRB-CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.069.658</b>	<b>4.663.277</b>	<b>5.179.068</b>	<b>4.834.539</b>
<b>DEPÓSITOS (nota 16)</b>	<b>4.422.158</b>	<b>4.126.821</b>	<b>4.384.373</b>	<b>4.063.748</b>
Depósitos à vista	763.267	833.188	752.320	832.731
Depósitos de poupança	1.014.711	989.793	1.014.711	989.793
Depósitos interfinanceiros	79.708	105.879	65.542	96.834
Depósitos a prazo	2.564.472	2.188.248	2.551.800	2.134.677
Outros depósitos	-	9.713	-	9.713
<b>CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO (nota 17)</b>	<b>345.725</b>	<b>295.883</b>	<b>345.725</b>	<b>295.883</b>
Carteira de terceiros	345.725	295.883	345.725	295.883
<b>RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS, IMOBILIÁRIAS, DE CRÉDITO E SIMILARES (nota 18)</b>	<b>9.709</b>	<b>3.340</b>	<b>9.709</b>	<b>3.340</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (nota 19)</b>	<b>9</b>	<b>34</b>	<b>9</b>	<b>34</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	9	34	9	34
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>60</b>	<b>208</b>	<b>60</b>	<b>208</b>
Recursos em trânsito de terceiros	42	173	42	173
Transferências internas de recursos	18	35	18	35
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS</b>	<b>228</b>	<b>-</b>	<b>228</b>	<b>-</b>
Empréstimos no exterior	228	-	228	-
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 20)</b>	<b>18.652</b>	<b>2.807</b>	<b>18.652</b>	<b>2.807</b>
Tesouro Nacional	20	22	20	22
Banco do Brasil	461	293	461	293
BNDES	9.724	1.077	9.724	1.077
CEF	654	643	654	643
FINAME	7.793	772	7.793	772
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 21)</b>	<b>273.117</b>	<b>234.184</b>	<b>420.312</b>	<b>468.519</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.163	4.307	6.271	4.338
Carteira de câmbio	-	6.275	-	6.275
Sociais e estatutárias	20.239	27.678	20.562	27.909
Fiscais e previdenciárias (nota 21b)	98.682	53.210	106.810	132.735
Fundos financeiros e de desenvolvimento	42	42	42	42
Diversas (nota 21c)	147.991	142.672	286.627	297.220
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.663.098</b>	<b>1.094.662</b>	<b>1.760.413</b>	<b>1.111.761</b>
<b>DEPÓSITOS (nota 16)</b>	<b>1.296.151</b>	<b>864.279</b>	<b>1.296.151</b>	<b>864.279</b>
Depósitos a prazo	1.296.151	864.279	1.296.151	864.279
<b>RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS, IMOBILIÁRIAS, DE CRÉDITO E SIMILARES (nota 18)</b>	<b>734</b>	<b>9.591</b>	<b>734</b>	<b>9.591</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 20)</b>	<b>26.130</b>	<b>16.758</b>	<b>26.130</b>	<b>16.758</b>
Tesouro Nacional	218	248	218	248
Banco do Brasil	2.050	927	2.050	927
BNDES	11.111	7.902	11.111	7.902
CEF	1.737	2.321	1.737	2.321
FINAME	11.014	5.360	11.014	5.360
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 21)</b>	<b>339.968</b>	<b>203.720</b>	<b>437.283</b>	<b>220.819</b>
Fiscais e previdenciárias (nota 21b)	252.470	148.992	348.390	166.045
Diversas (nota 21c)	87.498	54.728	88.893	54.774
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>115</b>	<b>314</b>	<b>115</b>	<b>314</b>
Resultados de exercícios futuros	115	314	115	314
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.147</b>	<b>84.448</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)</b>	<b>724.240</b>	<b>581.385</b>	<b>724.240</b>	<b>581.385</b>
Capital:				
De domiciliados no país	500.000	300.000	500.000	300.000
Reserva de capital	12.341	12.404	12.341	12.404
Reservas de lucros	213.409	269.107	213.409	269.107
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(1.510)	(126)	(1.510)	(126)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>794.387</b>	<b>665.833</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.456.996</b>	<b>6.339.324</b>	<b>7.733.868</b>	<b>6.612.133</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**  
 CNPJ: 00.000.208/0001-00  
 SBS QUADRA 01 BLOCO E ED. BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (em milhares de Reais)

	2º SEMESTRE 2010	BRB-MÚLTIPLO 2010	2009	BRB-CONSOLIDADO 2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>762.279</b>	<b>1.398.731</b>	<b>1.140.023</b>	<b>1.424.959</b>	<b>1.173.154</b>
Operações de crédito	578.491	1.090.978	909.322	1.125.790	960.036
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	155.441	262.788	214.662	250.752	197.195
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.529)	(1.538)	(4.220)	1.914	(4.336)
Resultado de operações de câmbio	768	1.763	1.308	1.763	1.308
Resultado de aplicações compulsórias	29.108	44.740	18.951	44.740	18.951
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(299.946)</b>	<b>(523.739)</b>	<b>(457.391)</b>	<b>(549.577)</b>	<b>(460.884)</b>
Operações de captações no mercado	(239.883)	(425.557)	(381.337)	(420.010)	(381.607)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(1.364)	(2.514)	(706)	(2.514)	9.682
Provisões para operações de crédito (nota 8f)	(58.699)	(95.668)	(75.348)	(127.053)	(88.959)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>462.333</b>	<b>874.992</b>	<b>682.632</b>	<b>875.382</b>	<b>712.270</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(348.234)</b>	<b>(584.876)</b>	<b>(377.058)</b>	<b>(596.215)</b>	<b>(341.936)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 22b)	12.294	22.732	13.558	139.811	146.455
Rendas de tarifas bancárias (nota 22c)	50.913	98.929	104.188	98.939	104.202
Despesas de pessoal (nota 22d)	(171.503)	(328.949)	(288.723)	(344.763)	(302.701)
Outras despesas administrativas (nota 22e)	(124.471)	(247.068)	(227.470)	(302.221)	(301.991)
Despesas tributárias	(30.692)	(58.555)	(48.499)	(71.095)	(54.250)
Resultado de participações em coligadas e controladas (nota 12b)	(7.934)	(17.907)	49.434	14.210	6.364
Outras receitas operacionais (nota 22f)	39.292	81.475	61.846	59.346	182.927
Outras despesas operacionais (nota 22g)	(116.133)	(135.533)	(41.392)	(190.442)	(122.942)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>114.099</b>	<b>290.116</b>	<b>305.574</b>	<b>279.167</b>	<b>370.334</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (nota 22h)</b>	<b>(9.737)</b>	<b>(11.107)</b>	<b>(51)</b>	<b>(11.109)</b>	<b>322</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>104.362</b>	<b>279.009</b>	<b>305.523</b>	<b>268.058</b>	<b>370.656</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>1.663</b>	<b>(57.178)</b>	<b>(87.021)</b>	<b>(51.211)</b>	<b>(136.970)</b>
Provisão para imposto de renda (nota 10e)	(41.860)	(78.791)	(38.435)	(83.510)	(88.919)
Provisão para contribuição social (nota 10e)	(25.969)	(48.590)	(24.717)	(49.409)	(42.914)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 10c)	69.492	70.203	(23.869)	81.708	(25.137)
<b>PARTICIPAÇÃO NO LUCRO</b>	<b>(11.112)</b>	<b>(25.790)</b>	<b>(28.047)</b>	<b>(26.490)</b>	<b>(28.759)</b>
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.684</b>	<b>(14.472)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>94.913</b>	<b>196.041</b>	<b>190.455</b>	<b>196.041</b>	<b>190.455</b>
<b>N.º DE AÇÕES</b>	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)</b>	2.614	5.400	5.246	5.400	5.246

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**  
**CNPJ: 00.000.208/0001-00**  
**SBS QUADRA 01 BLOCO "E" EDIFÍCIO BRASÍLIA - BRASÍLIA - DF**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
**(em milhares de Reais)**

	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO		AJUSTE AO VALOR DE		LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS	MERCADO TVM E DERIVATIVOS PRÓPRIOS	CONTROLADAS		
Saldos em 31/12/2008	184.225	115.775	12.366	37.691	85.381	(11.137)	27	-	424.328
Aumento de capital (nota 23c)	115.775	(115.775)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	9.316	1.668	-	10.984
Realização de Reservas	-	-	(17)	-	-	-	-	17	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	55	-	-	-	-	-	55
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	190.455	190.455
Destinações:									
Reservas	-	-	-	9.523	136.512	-	-	(146.035)	-
Juros sobre Capital Próprio (Nota 23f)	-	-	-	-	-	-	-	(26.340)	-
Dividendos (Nota 23f)	-	-	-	-	-	-	-	(18.097)	(44.437)
Saldos em 31/12/2009	300.000	-	12.404	47.214	221.893	(1.821)	1.695	-	581.385
<b>MUTAÇÕES NO PERÍODO</b>	<b>115.775</b>	<b>(115.775)</b>	<b>38</b>	<b>9.523</b>	<b>136.512</b>	<b>9.316</b>	<b>1.668</b>	<b>-</b>	<b>157.057</b>
Saldos em 31/12/2009	300.000	-	12.404	47.214	221.893	(1.821)	1.695	-	581.385
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(8.002)	(8.002)
Aumento de capital (nota 23c)	-	200.000	(56)	-	(199.944)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	274	(1.658)	-	(1.384)
Realização de reservas	-	-	(7)	-	-	-	-	7	-
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	196.041	196.041
Destinações:									
Reservas	-	-	-	9.802	134.444	-	-	(144.246)	-
Juros sobre capital próprio (nota 23f)	-	-	-	-	-	-	-	(34.568)	(34.568)
Dividendos (nota 23f)	-	-	-	-	-	-	-	(9.232)	(9.232)
Saldos em 31/12/2010	300.000	200.000	12.341	57.016	156.393	(1.547)	37	-	724.240
<b>MUTAÇÕES NO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>200.000</b>	<b>(63)</b>	<b>9.802</b>	<b>(65.500)</b>	<b>274</b>	<b>(1.658)</b>	<b>-</b>	<b>142.855</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**  
 CNPJ: 00.000.208/0001-00  
 SBS QUADRA 01 BLOCO "E" EDIFÍCIO BRASÍLIA - BRASÍLIA/DF  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (em milhares de Reais)

	<b>BRB-MÚLTIPLO</b>		<b>BRB-CONSOLIDADO</b>	
	2010	2009	2010	2009
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>196.041</b>	<b>190.455</b>	<b>196.041</b>	<b>190.455</b>
Depreciações e amortizações	19.192	15.170	34.203	23.526
Resultado de participações em coligadas e controladas	17.907	(49.434)	-	-
Provisão para perda/desvalorização	(60)	2	(63)	2
Incorporação de operação de crédito da controlada	-	(829.193)	-	-
Incorporação de depósitos interfinanceiros da controlada	-	513.729	-	-
Participação minoritária	-	-	(5.684)	16.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.799)	(62.094)	38.106	11.963
Títulos e valores mobiliários	(620.988)	6.939	(616.319)	19.408
Relações interfinanceiras e interdependências	6.860	9.452	6.860	9.452
Operações de crédito	(593.339)	(413.444)	(615.717)	(541.026)
Outros créditos	(127.640)	10.040	(131.272)	(20.097)
Outros valores e bens	(277)	(1.606)	(1.391)	(1.782)
Outras obrigações	175.181	126.538	168.619	107.916
Resultados de exercícios futuros	(199)	124	(199)	124
Constituição de reservas de títulos patrimoniais	-	55	-	28
Ajuste de avaliação patrimonial	-	10.984	-	10.984
Ajuste de Exercícios Anteriores	(8.002)	-	(16.756)	-
Reversão de Bens Não de Uso	(2)	-	-	-
Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	(1.384)	-	(1.384)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(939.509)</b>	<b>(472.283)</b>	<b>(944.956)</b>	<b>(172.540)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Alienação de investimentos/incorporação	-	315.465	-	-
Alienação de investimentos	6.105	406	6.105	3.856
Alienação de bens não de uso próprio	1.109	1.033	1.109	1.033
Alienação de imobilizado de uso	-	845	406	2.690
Ajuste de títulos e valores mobiliários de controladas	1.658	(1.695)	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos	14.614	5.055	-	-
Inversões em bens não de uso próprio	(1.872)	(3.577)	(1.873)	(3.577)
Inversões em imobilizado de uso	(6.918)	(8.969)	(7.195)	(10.731)
Inversões do intangível	(6.188)	(28.431)	(6.962)	(172.946)
Inversões em investimentos	(14.264)	(8.028)	(10.992)	(45.908)
Dos acionistas	-	-	-	182.535
<b>CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DE (APLICADO EM) INVESTIMENTOS</b>	<b>(5.756)</b>	<b>272.104</b>	<b>(19.402)</b>	<b>(43.048)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Depósitos	714.950	1.102.441	699.333	968.731
Operações compromissadas	49.842	(254.865)	49.842	(254.865)
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	(2.487)	(4.244)	(2.487)	(4.244)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	25.445	7.615	25.445	7.615
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(43.800)	(44.437)	(49.767)	(46.782)
<b>CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>743.950</b>	<b>806.510</b>	<b>722.366</b>	<b>670.455</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4)</b>	<b>(201.315)</b>	<b>606.331</b>	<b>(241.992)</b>	<b>454.867</b>
<b>MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>				
Início do Período	1.088.047	481.716	936.771	481.904
Fim do Período	886.732	1.088.047	694.779	936.771
<b>Variação Líquida do Caixa e Equivalente de</b>	<b>(201.315)</b>	<b>606.331</b>	<b>(241.992)</b>	<b>454.867</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**  
**CNPJ: 00.000.208/0001-00**  
**SBS QUADRA 01 BLOCO "E" ED. BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(em milhares de Reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	BRB Múltiplo				BRB Consolidado			
	2010	%	2009	%	2010	%	2009	%
Receitas da intermediação financeira	1.398.731		1.140.101		1.424.959		1.173.232	
Receitas de prestação de serviços	121.661		117.746		238.750		250.657	
Provisão/reversão créditos liquidação duvidosa	(95.668)		(75.348)		(127.053)		(88.959)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(172.549)		(91.849)		(276.464)		(102.655)	
Resultado não operacional	(11.107)		(51)		(11.109)		322	
Despesas da intermediação financeira	(428.071)		(382.121)		(422.524)		(372.003)	
Materiais, energia e outros	(19.329)		(16.439)		(20.150)		(17.275)	
Serviços de terceiros	(90.056)		(83.559)		(102.500)		(98.551)	
<b>VALOR ADICIONADO</b>	<b>703.612</b>		<b>608.480</b>		<b>703.909</b>		<b>744.768</b>	
Resultado de participações em coligadas/controladas	(17.907)		49.434		14.210		6.364	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>685.705</b>		<b>657.914</b>		<b>718.119</b>		<b>751.132</b>	
Despesas de amortização/depreciação	(19.192)		(15.169)		(34.203)		(23.524)	
Participação minoritária	-		-		5.684		(14.472)	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>666.513</b>	<b>100</b>	<b>642.745</b>	<b>100</b>	<b>689.600</b>	<b>100</b>	<b>713.136</b>	<b>100</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>								
<b>Remuneração do trabalho (pessoal)</b>	<b>296.793</b>	<b>45</b>	<b>270.831</b>	<b>42</b>	<b>311.419</b>	<b>48</b>	<b>284.042</b>	<b>40</b>
Salários e honorários	200.010		181.150		211.012		191.540	
Benefícios, Encargos Sociais e treinamento	70.993		61.634		73.917		63.743	
Participações no lucro	25.790		28.047		26.490		28.759	
<b>Remuneração do governo</b>	<b>173.679</b>	<b>26</b>	<b>181.459</b>	<b>28</b>	<b>182.140</b>	<b>21</b>	<b>238.639</b>	<b>33</b>
INSS sobre salários	57.946		45.939		59.834		47.419	
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	58.555		48.499		71.095		54.250	
Imposto de renda/contribuição social	57.178		87.021		51.211		136.970	
<b>Remuneração dos acionistas</b>	<b>196.041</b>	<b>29</b>	<b>190.455</b>	<b>30</b>	<b>196.041</b>	<b>31</b>	<b>190.455</b>	<b>27</b>
Juros sobre capital próprio/dividendos	43.800		44.437		49.767		44.437	
Lucro retido	152.241		146.018		146.274		146.018	
<b>VALOR DISTRIBUÍDO</b>	<b>666.513</b>	<b>100</b>	<b>642.745</b>	<b>100</b>	<b>689.600</b>	<b>100</b>	<b>713.136</b>	<b>100</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(em milhares de Reais)**

**Nota 1 Contexto operacional**

O BRB - Banco de Brasília S.A. é uma instituição financeira de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua nos segmentos financeiros, com atividades nas áreas de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Fundos, Crédito Direto ao Consumidor e Administração de Cartão de Crédito e Serviços.

**Nota 2 Apresentação das demonstrações financeiras**

- a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e às Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas.
- c) As demonstrações financeiras consolidadas (BRB - Consolidado) abrangem as empresas controladas: BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Cartão BRB S.A., e foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e Instrução CVM n.º 247/1996, que requer a eliminação dos saldos de quaisquer contas ativas e passivas, decorrentes de transações entre as sociedades incluídas na consolidação. Assim, nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de cada uma das controladas do BRB – Banco de Brasília S.A., bem como os saldos de contas patrimoniais, receitas e despesas.
- d) As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Colegiada em 4 de março de 2011.
- e) A Resolução n.º 3.786/09 e a Circular n.º 3.472/09 do BACEN, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. Este prazo foi posteriormente prorrogado para 120 dias por meio da Circular BACEN n.º 3516/10. Com isso o BRB – Banco de Brasília encontra-se em fase de apuração dos efeitos contábeis de transição para IFRS e concluirá esse processo nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

**Nota 3 Principais práticas contábeis**

- a) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade,

algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução n.º 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução n.º 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução n.º 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas; e
- Resolução n.º 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

#### b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à Lei n.º 6.404/1976, com as alterações determinadas pela Lei n.º 11.638/2007 e Medida Provisória n.º 449/2008.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de resgate é inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro rata* dia com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração de resultado como "resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários".

#### e) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva, e apresentados no Balanço Patrimonial conforme critérios de avaliação e contabilização estabelecidos pela Circular n.º 3.068/2001 do BACEN. Podem ser classificados da seguinte forma:

- Títulos para Negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados à valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não podem ser classificados como Títulos para Negociação nem como Mantidos até o Vencimento. Esses títulos são ajustados à valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a Administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período, não sendo ajustados pelo valor de mercado. Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

No caso dos Títulos para Negociação e dos Mantidos até o Vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

## f) Derivativos

Quando aplicável, o BRB adota os procedimentos:

Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), quando aplicável, são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, podendo ser utilizados para proteção contra riscos *hedge* ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (a) altamente correlacionados no que se refere ao valor de mercado do derivativo e do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (b) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas em conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos tributários.

Os instrumentos derivativos efetuados por meio de operações de *swap*, associados às operações de captação de recursos, não são avaliados à valor de mercado, conforme estabelecido na Circular BACEN n.º 3.150/2002. Esses derivativos levam em consideração as seguintes regras:

- não é permitida a negociação ou a liquidação apartada da operação a ele associado;
- nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, esta ocorrerá pelo valor contratado;
- a contratação é feita pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada;
- em 31 de dezembro de 2010, o BRB não possuía operações com derivativos.

## g) Operações de crédito

As "Operações de crédito" são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas somente após o efetivo recebimento.

A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" é constituída em montante julgado suficiente à cobertura dos riscos de créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo BACEN.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Nos termos da Resolução n.º 2682, o BRB considera as operações de crédito do produto BRBServ como exceção prevista no art. 3º.

Adicionalmente também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução n.º 2.682/1999, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<b>Período de atraso</b>	<b>Classificação do cliente</b>	<b>Percentual</b>
De 0 a 14 dias	A	0,5%
De 15 a 30 dias	B	1,0%
De 31 a 60 dias	C	3,0%
De 61 a 90 dias	D	10,0%
De 91 a 120 dias	E	30,0%
De 121 a 150 dias	F	50,0%
De 151 a 180 dias	G	70,0%
Superior a 180 dias	H	100,0%

#### h) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei n.º 6.404/1976, Instrução n.º 247/1996 da CVM, e normas do BACEN, apurados em balanços levantados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

#### i) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Imóveis de Uso – Edificações	4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
- Demais itens	10%

O saldo residual, custo corrigido deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

#### j) Diferido

O diferido é constituído por gastos de instalações em imóveis de terceiros, instalação, adaptação de dependências e logiciais, sendo o saldo mantido até a efetiva baixa por obsolescência e pela amortização calculada pelo método linear, à taxa anual fixa de 20%.

#### k) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Nesta categoria, foram considerados os *softwares*, amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Deliberação CVM n.º 553/2008, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo

relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Os ativos intangíveis têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor (nota 14).

l) Os demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas as correspondentes despesas, quando aplicável.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro-rata* dia.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

o) As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p) A rubrica "Outros Valores e Bens" é composta basicamente por "Bens Não Destinados a Uso", e compreende imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados à valor de mercado, por meio da constituição de provisão.

q) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 489/2005, Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Resolução n.º 3.823 de 16/12/2009, do CMN e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia a correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

s) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 (nota 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

t) Tributos – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

<b>Tributo:</b>	<b>Alíquota</b>
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL)	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	5,00%

(\*) Os impostos ativos diferidos foram constituídos às mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua a Circular BACEN n.º 3.059/2002 e 3.355/2006. O Banco não constituiu créditos tributários sobre bases negativas de contribuição social em decorrência de discussão judicial sobre esse tema (nota 26c).

u) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas pre-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras foram atualizadas até a data do balanço.

v) Benefícios a empregados

Os custos decorrentes de benefícios a empregados e as respectivas divulgações seguem as regras estabelecidas na Deliberação CVM n.º 600/2009 e NPC 26 do IBRACON.

O BRB avaliou em 31 de dezembro de 2010, conforme os normativos aplicáveis, não havendo impacto sobre as demonstrações contábeis (nota 28).



x) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeira e operacional podem ser influenciadas pelo Banco, e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potencial direito a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração para avaliar se o Banco controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações intercompanhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco.

**Nota 4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Caixa	88.865	96.556	89.521	96.984
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	605.019	786.384	605.019	786.384
Aplicações em depósitos interfinanceiros	192.609	204.721	-	53.017
Aplicações em moeda estrangeira	239	386	239	386
<b>Total</b>	<b>886.732</b>	<b>1.088.047</b>	<b>694.779</b>	<b>936.771</b>

(\*) Referem-se a operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

**Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

a) Composição

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Aplicações do Mercado Aberto</b>	<b>605.019</b>	<b>-</b>	<b>786.384</b>	<b>-</b>	<b>605.019</b>	<b>-</b>	<b>786.384</b>	<b>-</b>
Posição Bancada:	259.280	-	495.451	-	259.280	-	495.451	-
Letras Financeiras do Tesouro	259.280	-	-	-	259.280	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	461.451	-	-	-	461.451	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	34.000	-	-	-	34.000	-
Posição Financiada:	345.739	-	290.933	-	345.739	-	290.933	-
Letras Financeiras do Tesouro	345.739	-	290.933	-	345.739	-	290.933	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>271.604</b>	<b>-</b>	<b>268.806</b>	<b>-</b>	<b>78.995</b>	<b>-</b>	<b>117.102</b>	<b>-</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	271.365	-	267.709	-	78.756	-	116.005	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	239	-	1.097	-	239	-	1.097	-
<b>Total</b>	<b>876.623</b>	<b>-</b>	<b>1.055.190</b>	<b>-</b>	<b>684.014</b>	<b>-</b>	<b>903.486</b>	<b>-</b>

b) Vencimento

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Aplicações do Mercado Aberto</b>	<b>605.019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>605.019</b>	<b>786.384</b>
Posição Bancada:	259.280	-	-	-	259.280	495.451
Letras Financeiras do Tesouro	259.280	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	461.451
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	34.000
Posição Financiada:	345.739	-	-	-	345.739	290.933
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	290.933
Letras Financeiras do Tesouro	345.739	-	-	-	345.739	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>192.609</b>	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	<b>-</b>	<b>271.365</b>	<b>267.709</b>
<b>Aplicações em Moedas Estrangeiras</b>	<b>239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>239</b>	<b>1.097</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>797.867</b>	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	<b>-</b>	<b>876.623</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>957.685</b>	<b>44.203</b>	<b>53.302</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.055.190</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Aplicações do Mercado Aberto</b>	<b>605.019</b>	-	-	-	<b>605.019</b>	<b>786.384</b>
Posição Bancada:	259.280	-	-	-	259.280	495.451
Letras Financeiras do Tesouro	259.280	-	-	-	259.280	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	461.451
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	34.000
Posição Financiada:	345.739	-	-	-	345.739	290.933
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	290.933
Letras Financeiras do Tesouro	345.739	-	-	-	345.739	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	-	<b>78.756</b>	<b>116.005</b>
<b>Aplicações em Moedas Estrangeiras</b>	<b>239</b>	-	-	-	<b>239</b>	<b>1.097</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>605.258</b>	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	-	<b>684.014</b>	-
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>805.981</b>	<b>44.203</b>	<b>53.302</b>	-	-	<b>903.486</b>

## Nota 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

### a) Resumo

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>				<b>Ref.</b>
	<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	
Títulos para negociação	1.554	-	3.254	-	1.554	-	3.254	-	(c)
Títulos disponíveis para venda	24.939	1.344.228	274.487	485.958	40.760	1.349.083	292.268	494.140	(d)
Títulos mantidos até o vencimento	105.472	323.029	18.297	396.238	105.472	329.330	18.297	401.921	(e)
<b>Total</b>	<b>131.965</b>	<b>1.667.257</b>	<b>296.038</b>	<b>882.196</b>	<b>147.786</b>	<b>1.678.413</b>	<b>313.819</b>	<b>896.061</b>	

### b) Vencimento por classificação

	<b>BRB-Múltiplo</b>										
	<b>31/12/2010</b>								<b>31/12/2009</b>		
	<b>Vencimento em dias</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Valor de mercado</b>				<b>Total</b>			<b>Total</b>	
<b>0-30</b>			<b>31-180</b>	<b>181-360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>
<b>1- Títulos para negociação</b>											
Ações em Companhias abertas *	1.554	-	-	-	-	66	1.554	1.488	228	3.254	3.026
<b>Total 1:</b>	<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66</b>	<b>1.554</b>	<b>1.488</b>	<b>228</b>	<b>3.254</b>	<b>3.026</b>
<b>2-Títulos disponíveis para venda</b>											
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.265.729	1.265.737	1.265.729	(8)	678.064	678.008	(56)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.785	39.862	77	17.060	17.021	(39)
Notas do Tesouro Nacional **	-	4.809	4.809	-	47.626	54.300	57.244	2.944	50.705	52.221	1.516
Ações de Companhias Abertas	6.135	-	-	-	-	10.809	6.135	(4.674)	16.218	12.752	(3.466)
Cotas de Fundos de Investimento FAC	-	-	-	-	-	-	-	-	443	443	-
Santos Virtual - FIR	-	-	-	-	197	197	197	-	-	-	-
<b>Total 2:</b>	<b>6.135</b>	<b>4.809</b>	<b>4.809</b>	<b>9.186</b>	<b>1.344.228</b>	<b>1.370.828</b>	<b>1.369.167</b>	<b>(1.661)</b>	<b>762.490</b>	<b>760.445</b>	<b>(2.045)</b>

<b>BRB-Múltiplo</b>												
	<b>31/12/2010</b>							<b>31/12/2009</b>				
	<b>Valor de mercado</b>					<b>Total</b>		<b>Total</b>				
<b>3- Títulos mantidos até o vencimento</b>												
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	218.556	218.556	218.556	-	199.106	199.108	2	
Notas do Tesouro Nacional	-	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.481	-	114.257	113.510	(747)	
Títulos Públicos Federais (CVS)***	-	173	861	1.033	31.158	33.225	33.225	-	34.678	26.119	(8.559)	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	70	-	136	206	206	-	230	173	(57)	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	6.025	6.025	-	
Funcine	-	-	-	-	1.347	1.347	1.347	-	-	-	-	
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	95	476	572	2.478	3.621	3.621	-	6.257	6.257	-	
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	-	409	2.043	2.451	3.269	8.172	8.172	-	11.930	11.930	-	
Fundos de Investimentos em Participações	-	-	-	-	48.893	48.893	48.893	-	42.052	42.052	-	
<b>Total 3:</b>	<b>-</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>323.029</b>	<b>428.501</b>	<b>428.501</b>	<b>-</b>	<b>414.535</b>	<b>405.174</b>	<b>(9.361)</b>	
<b>Total</b>	<b>7.689</b>	<b>85.583</b>	<b>8.259</b>	<b>30.434</b>	<b>1.667.257</b>	<b>1.799.395</b>	<b>1.799.222</b>	<b>(173)</b>	<b>1.177.253</b>	<b>1.168.873</b>	<b>(8.380)</b>	

<b>BRB-Consolidado</b>												
	<b>31/12/2010</b>							<b>31/12/2009</b>				
	<b>Valor de mercado</b>					<b>Total</b>		<b>Total</b>				
<b>Vencimento em dias</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>0-30</b>	<b>31-180</b>	<b>181-360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	
<b>1- Títulos para negociação</b>												
Ações de Companhias Abertas *	1.554	-	-	-	-	66	1.554	1.488	228	3.254	3.026	
<b>Total 1:</b>	<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66</b>	<b>1.554</b>	<b>1.488</b>	<b>228</b>	<b>3.254</b>	<b>3.026</b>	
<b>2-Títulos disponíveis para venda</b>												
Letras Financeiras do Tesouro	-	91	457	548	1.268.651	1.269.768	1.269.747	(21)	682.749	682.660	(89)	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.785	39.862	77	23.359	23.319	(40)	
Notas do Tesouro Nacional **	-	4.809	4.809	-	47.626	54.300	57.244	2.944	50.705	52.221	1.516	
Ações de Companhias Abertas	16.356	-	-	-	-	21.030	16.356	(4.674)	16.488	16.136	(352)	
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	-	-	-	-	-	-	-	-	1.856	1.856	-	
Santos Virtual – FIR	-	-	-	-	197	197	197	-	-	-	-	
Cotas de Fundos de Investimento FAC									443	443	-	

	BRB-Consolidado										
	31/12/2010							31/12/2009			
	Valor de mercado				Total			Total			
Cotas de Fundos de Investimentos - FIA	-	1.402	-	-	-	1.402	1.402	-	1.273	1.273	-
Cotas de Fundos de Investimentos em Ações - FIC	-	1.371	-	-	-	1.371	1.371	-	1.276	1.276	-
Certificado de Crédito Bancário - CCB****	-	-	1.192	539	1.933	3.614	3.664	50	7.333	7.224	(109)
<b>Total 2:</b>	<b>16.356</b>	<b>7.673</b>	<b>6.458</b>	<b>10.273</b>	<b>1.349.083</b>	<b>1.391.467</b>	<b>1.389.843</b>	<b>(1.624)</b>	<b>785.482</b>	<b>786.408</b>	<b>926</b>
<b>3- Títulos mantidos até o vencimento</b>											
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	218.556	218.556	218.556	-	199.106	199.108	2
Notas do Tesouro Nacional	-	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.481	-	114.257	113.510	(747)
Títulos Públicos Federais (CVS)***	-	173	861	1.033	31.158	33.225	33.225	-	34.678	26.119	(8.559)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	70	-	136	206	206	-	230	173	(57)
Funcine	-	-	-	-	1.396	1.396	1.396	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	6.025	6.025	-
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	95	476	572	2.478	3.621	3.621	-	6.257	6.257	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	409	2.043	2.451	3.269	8.172	8.172	-	11.930	11.930	-
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	-	48.893	48.893	48.893	-	42.052	42.052	-
CDB - Pré fixado	-	-	-	-	6.252	6.252	6.252	-	5.683	5.683	-
<b>Total 3:</b>	<b>-</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>329.330</b>	<b>434.802</b>	<b>434.802</b>	<b>-</b>	<b>420.218</b>	<b>410.857</b>	<b>(9.361)</b>
<b>Total</b>	<b>17.910</b>	<b>88.447</b>	<b>9.908</b>	<b>31.521</b>	<b>1.678.413</b>	<b>1.826.335</b>	<b>1.826.199</b>	<b>(136)</b>	<b>1.205.928</b>	<b>1.200.519</b>	<b>(5.409)</b>

(\*) Em 31/12/2009, de acordo com a Circular n.º 3.068/2001, foi analisada a classificação da carteira de ações, e reclassificadas de 228.327 ações de emissão da CETIP S.A da categoria "disponível para venda" para "negociação".

(\*\*) 28.500 NTN's estão caucionadas no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar - BRB x União Federal - CSLL (nota 26c).

(\*\*\*) 11.958 CVS's estão caucionados no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar - BRB x União Federal - CSLL (nota 26c).

(\*\*\*\*) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

#### c) Composição dos títulos para Negociação por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações de Companhias Abertas	1.554	-	-	-	-	1.554
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.554</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>3.254</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.254</b>

#### d) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.265.729	1.265.729	678.008
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.862	17.021

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Notas do Tesouro Nacional (**)	-	4.809	4.809	-	47.626	57.244	52.221
Ações de Companhias Abertas	6.135	-	-	-	-	6.135	12.752
Cotas de Fundos de Investimentos - FAC	-	-	-	-	-	-	443
Santos Virtual - FIR	-	-	-	-	197	197	-
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>6.135</b>	<b>4.809</b>	<b>4.809</b>	<b>9.186</b>	<b>1.344.228</b>	<b>1.369.167</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>12.752</b>	<b>-</b>	<b>135.257</b>	<b>126.478</b>	<b>485.958</b>	<b>-</b>	<b>760.445</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	91	457	548	1.268.65	1.269.747	682.660
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.862	23.319
Notas do Tesouro Nacional	-	4.809	4.809	-	47.626	57.244	52.221
Ações de Companhias Abertas	16.356	-	-	-	-	16.356	16.136
Fundos de Investimentos - FIDC	-	-	-	-	-	-	1.856
Cotas de Fundos de Investimentos - FIA	1.402	-	-	-	-	1.402	1.273
Cotas de Fundos de Investimentos - FAC	-	-	-	-	-	-	443
Santos Virtual - FIR	-	-	-	-	197	197	-
Cotas de Fundos de Investimentos - FIC	1.371	-	-	-	-	1.371	1.276
Certificado de Crédito Bancário - CCB (*)	-	-	1.192	539	1.933	3.664	7.224
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>19.129</b>	<b>4.900</b>	<b>6.458</b>	<b>10.273</b>	<b>1.349.0</b>	<b>1.389.843</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>16.136</b>	<b>2.975</b>	<b>144.017</b>	<b>129.140</b>	<b>494.140</b>	<b>-</b>	<b>786.408</b>

(\*) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

#### e) Composição dos títulos "Mantidos até o Vencimento" por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Certificado Recebíveis Imobiliários	95	476	572	2.478	3.621	6.257
Debêntures	-	-	-	-	0	6.025
Funcine	-	-	-	1.347	1.347	-
Fundos Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	409	2.043	2.451	3.269	8.172	11.930
Fundos Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	48.893	48.893	42.052
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	218.556	218.556	199.106
Notas do Tesouro Nacional	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.257
Títulos da Dívida Agrária	-	70	-	136	206	230
Títulos Públicos Federais - CVS	173	861	1.033	31.158	33.225	34.678
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>323.029</b>	<b>428.501</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>18.272</b>	<b>396.238</b>	<b>-</b>	<b>414.535</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
CDB Pré-fixado	-	-	-	6.252	6.252	5.683
Certificado de Recebíveis Imobiliários	95	476	572	2.478	3.621	6.257
Debêntures	-	-	-	-	-	6.025
Funcine	-	-	-	1.396	1.396	-
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	48.893	48.893	42.052
Fundos Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	409	2.043	2.451	3.269	8.172	11.930
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	218.556	218.556	199.106
Notas do Tesouro Nacional	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.257
Títulos da Dívida Agrária	-	70	-	136	206	230
Títulos Públicos Federais - CVS	173	861	1.033	31.158	33.225	34.678
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>329.330</b>	<b>434.802</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>18.272</b>	<b>401.921</b>	<b>-</b>	<b>420.218</b>

f) Composição dos títulos “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento”, vinculados à prestação de garantias, por vencimento e tipo de papel.

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	23.803	23.803	33.285
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.809	4.809	47.626	57.244	52.221
Títulos Públicos Federais – CVS	-	133	666	799	24.114	25.712	26.831
<b>Total em 31/12/2010</b>	-	<b>133</b>	<b>5.475</b>	<b>5.608</b>	<b>95.543</b>	<b>106.759</b>	-
<b>Total em 31/12/2009</b>	-	-	<b>2.832</b>	<b>10.793</b>	<b>98.712</b>	-	<b>112.337</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	23.803	23.803	33.898
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.809	4.809	47.626	57.244	52.221
Títulos Públicos Federais – CVS	-	133	666	799	24.114	25.712	26.831
<b>Total em 31/12/2010</b>	-	<b>133</b>	<b>5.475</b>	<b>5.608</b>	<b>95.543</b>	<b>106.759</b>	-
<b>Total em 31/12/2009</b>	-	-	<b>2.832</b>	<b>10.793</b>	<b>99.325</b>	-	<b>112.950</b>

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na AMBINA. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na BM&F;
- Na falta da taxa devida para o vencimento, procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

g) Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício:

### **BRB - Múltiplo**

<b>Títulos disponíveis para Venda Próprios</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Ajuste positivo</b>	<b>Ajuste negativo</b>	<b>Ajuste líquido no patrimônio</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Letras Financeiras do Tesouro	(56)	48	-	48	(8)
Letras do Tesouro Nacional	(39)	116	-	116	77
Notas do Tesouro Nacional	1.516	1.427	-	1.427	2.943
Ações	(3.466)	-	(1.208)	(1.208)	(4.674)
Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conf. Circular n.º 3068/2001 art.5º, §1º, II, b)	(206)	-	-	-	(206)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	385	-	-	-	385
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	(680)	-	-	-	(680)
Efeito tributário sobre ajuste de marcação a mercado de TVM	725	214	(323)	(109)	616
<b>Total</b>	<b>(1.821)</b>	<b>1.805</b>	<b>(1.531)</b>	<b>274</b>	<b>(1.547)</b>

### **BRB - DTVM**

<b>Títulos disponíveis para Venda Próprios</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Ajuste positivo</b>	<b>Ajuste negativo</b>	<b>Ajuste líquido no patrimônio</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Letras Financeiras do Tesouro	(20)	7	-	7	(13)
Cédula de Crédito Bancário – CCB	(67)	117	-	117	50
Ações	1.782	-	(1.782)	(1.782)	-
<b>Total</b>	<b>1.695</b>	<b>124</b>	<b>(1.782)</b>	<b>(1.658)</b>	<b>37</b>

**BRB - Consolidado**

	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2010
<b>Total</b>	(126)	(1.510)

h) Demonstração de ajuste ao valor de mercado por tipo de papel:

<b>BRB - Múltiplo</b>					
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>Custo Corrigido</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Efeitos Tributários</b>	<b>Valor Líquido</b>
Ações (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, a)	66	1.554	1.488	(424)	1.064
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>66</b>	<b>1.554</b>	<b>1.488</b>	<b>(424)</b>	<b>1.064</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>228</b>	<b>3.254</b>	<b>3.026</b>	<b>(756)</b>	<b>2.269</b>

<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>Custo Corrigido</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Efeitos Tributários</b>	<b>Valor Líquido</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.265.737	1.265.729	(8)	2	(6)
Letras do Tesouro Nacional	39.785	39.862	77	(22)	55
Notas do Tesouro Nacional	54.300	57.244	2.944	(838)	2.106
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	-	-	(680)	194	(487)
Ações	10.809	6.135	(4.674)	1.331	(3.343)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>1.370.631</b>	<b>1.368.969</b>	<b>(2.341)</b>	<b>667</b>	<b>(1.675)</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>762.490</b>	<b>760.445</b>	<b>(2.546)</b>	<b>725</b>	<b>(1.821)</b>

<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>Custo Corrigido</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Efeitos Tributários</b>	<b>Valor Líquido</b>
Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	(206)	59	(147)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	385	(110)	275
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179</b>	<b>(51)</b>	<b>128</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179</b>	<b>(51)</b>	<b>128</b>

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 29,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 25% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não foi considerada, pois o Banco discute judicialmente o recolhimento do imposto.

i) Efeito do ajuste ao valor de mercado da DTVM:

<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>Custo Corrigido</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Efeitos Tributários</b>	<b>Valor Líquido</b>
Letras financeiras do tesouro	4.031	4.018	(13)	5	(8)
Cédulas de crédito bancário - CCB	3.583	3.664	81	(36)	45
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>7.614</b>	<b>7.682</b>	<b>68</b>	<b>(31)</b>	<b>37</b>
<b>Total em 31/12/2009</b>	<b>22.991</b>	<b>25.963</b>	<b>2.972</b>	<b>(1.277)</b>	<b>1.695</b>

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 44,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), CSLL (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 40% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%) e CSLL (15%).

j) Títulos e Valores mobiliários por carteira

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Múltiplo</b>			
	<b>31/12/2010</b>				<b>31/12/2009</b>			
	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>
Carteira própria	1.489.338	1.492.435	1.489.338	(3.097)	945.709	946.221	943.067	(3.154)
Vinculados ao BACEN	203.125	203.142	203.125	(17)	120.188	120.208	120.188	(20)

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Múltiplo</b>			
	<b>31/12/2010</b>				<b>31/12/2009</b>			
	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>
Vinculados a garantias	106.759	103.818	106.759	2.941	112.337	110.824	105.618	(5.206)
<b>Total</b>	<b>1.799.222</b>	<b>1.799.395</b>	<b>1.799.222</b>	<b>(173)</b>	<b>1.178.234</b>	<b>1.177.253</b>	<b>1.168.873</b>	<b>(8.380)</b>

	<b>BRB-Consolidado</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>				<b>31/12/2009</b>			
	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>
Carteira própria	1.516.315	1.519.375	1.516.289	(3.060)	976.742	974.279	974.100	(179)
Vinculados ao BACEN	203.125	203.142	203.125	(17)	120.188	120.208	120.188	(20)
Vinculados a garantias	106.759	103.818	106.759	2.941	112.950	111.441	106.231	(5.210)
<b>Total</b>	<b>1.826.199</b>	<b>1.826.335</b>	<b>1.826.173</b>	<b>(136)</b>	<b>1.209.880</b>	<b>1.205.928</b>	<b>1.200.519</b>	<b>(5.409)</b>

#### k) Títulos e Valores mobiliários por carteira e anos

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>31/12/2010</b>						<b>31/12/2009</b>
<b>Vencimento em anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Entre 5 e 15 anos</b>	<b>Acima de 15 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Carteira Própria	120.749	547.267	630.951	189.787	584	1.489.338	945.709
Vinculados ao Bacen	-	203.125	-	-	-	203.125	120.188
Vinculados a prestação de garantias	11.216	17.383	39.861	36.301	1.998	106.759	112.337
<b>Total</b>	<b>131.965</b>	<b>767.775</b>	<b>670.812</b>	<b>226.088</b>	<b>2.582</b>	<b>1.799.222</b>	<b>1.178.234</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31/12/2010</b>						<b>31/12/2009</b>
<b>Vencimento em anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Entre 5 e 15 anos</b>	<b>Acima de 15 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Carteira Própria	136.570	550.511	632.561	189.837	6.836	1.516.315	976.742
Vinculados ao Bacen	-	203.125	-	-	-	203.125	120.188
Vinculados a prestação de garantias	11.216	17.383	39.861	36.301	1.998	106.759	112.950
<b>Total</b>	<b>147.786</b>	<b>771.019</b>	<b>672.422</b>	<b>226.138</b>	<b>8.834</b>	<b>1.826.199</b>	<b>1.209.880</b>

#### l) Instrumentos Financeiros Derivativos

- Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

- Considerações Iniciais

Atendendo à Instrução CVM n.º 475, de 17 de novembro de 2008, foi realizada a análise de sensibilidade para o Conglomerado BRB.

Para esta análise, as operações são segregadas em duas carteiras: Negociação e Não-Negociação (de acordo com a Resolução CMN 3.464/2007 e Circular 3.354/2007):

1. A Carteira de Negociação (*Trading Book*) consiste nas operações de posições próprias com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, claramente documentadas.
2. A Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*) é formada por operações não classificadas na carteira de negociação, ou seja, sem a intenção de negociação, com o intuito de mantê-las até o vencimento.

Sob essas condições e com o objetivo de atender a Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008, a análise de sensibilidade foi aplicada apenas às operações da Carteira de Negociação, pois para operações na Carteira de Não Negociação, a alteração de valor devido às oscilações na taxa de juros



não representaria um impacto financeiro significativo para a Instituição. A Carteira de Negociação do Banco BRB é composta por títulos públicos, alguns títulos privados, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras. Operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras hipotecárias, alguns títulos mobiliários, depósitos interfinanceiros entre outros papéis compõem a carteira de não-negociação. Em 31/12/2010 o BRB não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

- Metodologia

Para a análise de sensibilidade foram consideradas 3 cenários. O primeiro reflete maior probabilidade de ocorrência na visão do banco para os próximos 3 meses com base nas condições de mercado observadas em 31/12/2010. Os cenários 2 e 3 são combinações de resultados adversos para o Conglomerado. Para a simulação dos cenários as curvas de juros, de preços, índices e taxas cambiais são estressadas conforme orientações da Instrução CVM. O cálculo utilizado é o paramétrico, com grau de confiança a 99%, horizonte de tempo de 1 dia e modelo de volatilidade EWMA. O resultado apurado é a perda comparada à posição atual.

Cenário 1: Relativo ao cenário provável para um horizonte de três meses considerado pela instituição. As premissas utilizadas foram Selic a 11,75% aa, taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 1,70, Ibovespa projetado a 70.314 pontos e IPCA 5,56% aa.

Cenário 2: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário 3: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

- Teste de Sensibilidade

O gerenciamento dos riscos do Conglomerado BRB é realizado por unidade independente das áreas de negócios e de auditoria, com total comprometimento do Comitê de Risco e da Alta Administração da Instituição.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação:

<b>Exposição Financeira</b>			
<b>Fatores de Risco</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
Prefixados	(2.880)	(7.503)	(14.727)
Inflação	(1.761)	(4.388)	(8.255)
Renda variável	107	(1.826)	(3.653)
Câmbio	69	(795)	(1.590)
<b>Total</b>	<b>(4.465)</b>	<b>(14.512)</b>	<b>(28.225)</b>

A Carteira de Negociação do Banco BRB é composta por títulos públicos, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras.

As operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras hipotecárias, alguns títulos mobiliários, depósitos interfinanceiros entre outros compõem a carteira de não-negociação.

Em 31/12/2010 o BRB não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## **Nota 7** Relações interfinanceiras

	<b>BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado</b>				<b>Ref.</b>
	<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.854	-	6.884	-	
Depósitos no Banco Central do Brasil	446.324	-	474.969	-	(a)
SFH - Créditos Vinculados	37	178.773	7	153.578	(b)
<b>Total</b>	<b>454.215</b>	<b>178.773</b>	<b>481.860</b>	<b>153.578</b>	

- a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios, que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.
- b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com montante de R\$ 221.970 (R\$ 207.221 em 31/12/2009). Esses processos estão em fase de habilitação com aquele Fundo para recebimento de títulos CVS. Esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A realização destes créditos está condicionada à aderência a um conjunto de normas e procedimentos normatizados pelo FCVS. Os créditos da carteira não possuem coobrigação.

A provisão para perdas no montante de R\$ 43.197 (R\$ 35.726 em 31/12/2009) está constituída com base em estudo histórico, que estabelece critérios para estimar o montante de provisão para prováveis perdas decorrentes de contratos que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo FCVS. A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Em novembro de 2009 o BRB adquiriu créditos imobiliários com lastro em saldos residuais de responsabilidade do FCVS, classificados na categoria TR2 RCV, com o propósito de liberar recursos depositados junto ao BACEN à título de deficiência da exigibilidade do crédito imobiliário.

BRB-Múltiplo	31/12/2010			31/12/2009		
	Saldo	Rendas a Apropriar	Saldo Líquido	Saldo	Rendas a Apropriar	Saldo Líquido
<u>Carteira de Terceiros - FCVS</u>						
Créditos Adquiridos (habilitados e homologados)(*)	124.685	-	124.685	116.672	(17.917)	98.755
<b>Total 1:</b>	<b>124.685</b>	<b>-</b>	<b>124.685</b>	<b>116.672</b>	<b>(17.917)</b>	<b>98.755</b>
<u>Carteira Própria</u>						
	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Saldo Líquido</b>
Não habilitados (**)	12.786	(11.408)	1.378	12.538	(9.705)	2.833
Habilitados e não homologados (***)	3.112	(1.846)	1.266	6.030	(2.452)	3.578
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (****)	45.470	(29.547)	15.923	39.277	(23.199)	16.078
Habilitados e homologados (*****)	31.501	-	31.501	28.037	-	28.037
Outros	4.416	(396)	4.020	4.667	(370)	4.297
<b>Total 2</b>	<b>97.285</b>	<b>(43.197)</b>	<b>54.088</b>	<b>90.549</b>	<b>(35.726)</b>	<b>54.823</b>
<b>Total Créditos (Carteira Própria e Terceiros) - (1+2)</b>	<b>221.970</b>	<b>(43.197)</b>	<b>178.773</b>	<b>207.221</b>	<b>(53.643)</b>	<b>153.578</b>

(\*) Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, e apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser diferentes dos valores contábeis.

(\*\*) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(\*\*\*) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(\*\*\*\*) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(\*\*\*\*\*) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

**Nota 8 Carteira de crédito**

## a) Composição da carteira por setor

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Setor Público	1.548	1.738	2.403	3.281	1.548	1.738	2.403	3.281
Setor Privado	1.777.838	1.804.204	1.569.289	1.393.829	1.818.537	1.970.996	1.607.893	1.542.295
Provisão	(83.810)	(36.962)	(51.680)	(45.904)	(85.810)	(39.132)	(53.305)	(50.406)
<b>Total</b>	<b>1.695.576</b>	<b>1.768.980</b>	<b>1.520.012</b>	<b>1.351.206</b>	<b>1.734.275</b>	<b>1.933.602</b>	<b>1.556.991</b>	<b>1.495.170</b>

## b) Composição da carteira por tipo de devedor

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>%</b>
Pessoa Física	2.736.364	<b>76</b>	2.322.011	<b>78</b>	2.820.251	<b>74</b>	2.374.373	<b>75</b>
Pessoa Jurídica – Comércio	157.766	<b>4</b>	131.981	<b>4</b>	158.715	<b>4</b>	131.981	<b>4</b>
Pessoa Jurídica – Indústria	56.683	<b>2</b>	44.952	<b>2</b>	56.951	<b>2</b>	44.952	<b>2</b>
Pessoa Jurídica – Outros	246.847	<b>7</b>	186.469	<b>6</b>	369.234	<b>10</b>	321.177	<b>10</b>
Crédito Rural	129.550	<b>4</b>	90.222	<b>3</b>	129.550	<b>3</b>	90.222	<b>3</b>
Crédito Habitacional	254.174	<b>7</b>	187.362	<b>7</b>	254.174	<b>7</b>	187.362	<b>6</b>
Setor Público Estadual – Indústria	2.394	-	2.967	-	2.394	-	2.967	-
Setor Público Estadual – Outros Serviços	892	-	2.718	-	892	-	2.718	-
Interfinanceiros	658	-	120	-	658	-	120	-
<b>Total</b>	<b>3.585.328</b>	<b>100</b>	<b>2.968.802</b>	<b>100</b>	<b>3.792.819</b>	<b>100</b>	<b>3.155.872</b>	<b>100</b>

## c) Concentração das operações de crédito

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>%</b>
10 Maiores Devedores	133.405	4	138.302	5	255.630	7	273.816	9
50 Maiores Devedores	228.378	6	194.362	7	232.482	6	207.741	6
100 Maiores Devedores	98.744	3	78.032	2	103.539	3	93.946	3
Demais Devedores	3.124.801	87	2.558.106	86	3.201.168	84	2.580.369	82
<b>Total</b>	<b>3.585.328</b>	<b>100</b>	<b>2.968.802</b>	<b>100</b>	<b>3.792.819</b>	<b>100</b>	<b>3.155.872</b>	<b>100</b>

## d) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

<b>Operações Vincendas – BRB-Múltiplo</b>											
<b>NÍVEL</b>	<b>Até 14 dias</b>	<b>De 15 a 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>De 121 a 150 dias</b>	<b>De 151 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>AA</b>	42.304	107.139	89.327	72.663	14.485	29.257	187.259	401.971	1.332.241	<b>2.276.646</b>	<b>1.711.233</b>
<b>A</b>	45.860	38.299	46.594	38.165	12.791	36.127	66.413	153.279	231.478	<b>669.006</b>	<b>547.229</b>
<b>B</b>	10.923	18.149	20.900	16.982	4.169	6.732	29.267	57.498	144.179	<b>308.799</b>	<b>228.227</b>
<b>C</b>	8.817	5.870	7.804	5.223	841	802	11.233	12.001	24.366	<b>76.957</b>	<b>309.529</b>
<b>D</b>	2.451	5.328	6.084	4.068	999	2.126	7.703	19.173	23.354	<b>71.286</b>	<b>44.561</b>
<b>E</b>	261	1.988	2.284	1.907	215	384	4.964	7.718	18.071	<b>37.792</b>	<b>11.841</b>
<b>F</b>	115	729	749	727	46	80	1.815	3.460	8.763	<b>16.484</b>	<b>7.006</b>
<b>G</b>	57	579	639	524	54	59	1.285	2.257	6.658	<b>12.112</b>	<b>6.135</b>
<b>H</b>	122	1.700	1.818	1.645	93	175	4.043	9.928	16.832	<b>36.356</b>	<b>36.865</b>
<b>Total</b>											
<b>31/12/2010</b>	<b>110.910</b>	<b>179.781</b>	<b>176.199</b>	<b>141.904</b>	<b>33.693</b>	<b>75.742</b>	<b>313.982</b>	<b>667.285</b>	<b>1.805.942</b>	<b>3.505.438</b>	-
<b>31/12/2009</b>	<b>106.473</b>	<b>225.234</b>	<b>135.996</b>	<b>109.978</b>	<b>31.826</b>	<b>27.855</b>	<b>302.220</b>	<b>565.932</b>	<b>1.397.112</b>	-	<b>2.902.626</b>

**Operações Vencidas – BRB-Múltiplo**

NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
AA	767	121	-	-	-	-	-	-	-	888	4.262
A	1.382	288	-	-	-	-	-	-	-	1.670	1.230
B	3.281	7.704	77	-	-	-	-	-	-	11.062	13.673
C	2.273	2.317	2.347	78	22	-	-	-	-	7.037	9.511
D	827	2.045	2.302	2.050	32	23	194	-	-	7.473	3.649
E	356	1.279	3.752	3.456	2.427	26	20	19	-	11.335	2.514
F	241	763	843	1.155	1.449	1.106	11	20	-	5.588	3.174
G	212	384	446	743	1.181	1.422	996	25	-	5.409	2.298
H	538	1.439	1.524	1.585	1.867	2.350	3.115	17.010	-	29.428	25.865
<b>Total 31/12/2010</b>	<b>9.877</b>	<b>16.340</b>	<b>11.291</b>	<b>9.067</b>	<b>6.978</b>	<b>4.927</b>	<b>4.336</b>	<b>17.074</b>	-	<b>79.890</b>	
<b>Total 31/12/2009</b>	<b>8.656</b>	<b>23.845</b>	<b>4.441</b>	<b>3.287</b>	<b>2.599</b>	<b>3.367</b>	<b>2.767</b>	<b>17.214</b>	-		<b>66.176</b>

**Operações Vincendas – BRB-Consolidado**

NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
AA	42.306	109.604	91.346	74.648	14.519	29.285	193.241	414.086	1.434.646	2.403.681	1.724.332
A	45.860	38.341	46.629	38.197	12.795	36.130	66.495	153.445	232.238	670.130	563.684
B	10.923	18.480	21.207	17.292	4.189	6.735	30.166	58.312	144.447	311.751	283.475
C	8.817	6.950	8.343	5.617	845	804	13.775	17.086	87.253	149.490	378.644
D	2.451	5.342	6.095	4.079	1.001	2.127	7.733	19.233	23.468	71.529	70.860
E	261	1.994	2.290	1.914	217	383	4.979	7.750	18.156	37.944	11.937
F	114	733	754	732	47	80	1.827	3.486	8.808	16.581	7.034
G	57	581	642	526	55	59	1.288	2.264	6.668	12.140	6.162
H	122	1.803	1.925	1.754	190	176	4.094	10.028	17.050	37.142	37.095
<b>Total 31/12/2010</b>	<b>110.911</b>	<b>183.828</b>	<b>179.231</b>	<b>144.759</b>	<b>33.858</b>	<b>75.779</b>	<b>323.598</b>	<b>685.690</b>	<b>1.972.734</b>	<b>3.710.388</b>	-
<b>Total 31/12/2009</b>	<b>106.474</b>	<b>201.909</b>	<b>138.945</b>	<b>112.554</b>	<b>31.828</b>	<b>28.203</b>	<b>310.633</b>	<b>583.798</b>	<b>1.568.879</b>	-	<b>3.083.223</b>

**Operações Vencidas – BRB-Consolidado**

NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
AA	790	128	-	-	-	-	-	-	-	918	4.283
A	1.403	296	-	-	-	-	-	-	-	1.699	1.258
B	3.389	7.932	78	-	-	-	-	-	-	11.399	13.712
C	2.288	2.835	2.871	82	25	-	-	-	-	8.101	12.503
D	830	2.056	2.317	2.066	32	23	194	-	-	7.518	6.952
E	358	1.284	3.759	3.464	2.435	26	21	20	-	11.367	2.529
F	242	765	846	1.159	1.452	1.113	11	20	-	5.608	3.179
G	212	386	451	749	1.186	1.429	1.004	25	-	5.442	2.304
H	547	1.530	1.621	1.679	1.960	2.440	3.202	17.400	-	30.379	25.929
<b>Total 31/12/2010</b>	<b>10.059</b>	<b>17.212</b>	<b>11.943</b>	<b>9.199</b>	<b>7.090</b>	<b>5.031</b>	<b>4.432</b>	<b>17.465</b>	-	<b>82.431</b>	-
<b>Total 31/12/2009</b>	<b>9.967</b>	<b>24.899</b>	<b>6.592</b>	<b>5.181</b>	<b>2.613</b>	<b>3.376</b>	<b>2.778</b>	<b>17.243</b>	-	-	<b>72.649</b>

e) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de Risco	Valor do Crédito				% das Provisões	Valor das Provisões			
	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado			BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
AA	2.277.534	1.715.495	2.404.599	1.728.614	0%	-	-	-	-
A	670.676	548.459	671.829	564.943	0,5%	3.355	2.743	3.360	2.826

Nível de Risco	Valor do Crédito				% das Provisões	Valor das Provisões			
	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado			BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>B</b>	319.861	241.900	323.150	297.186	1%	3.198	2.419	3.232	2.972
<b>C</b>	83.994	319.040	157.591	391.148	3%	2.520	9.572	4.728	11.735
<b>D</b>	78.759	48.210	79.047	77.811	10%	7.876	4.821	7.905	7.781
<b>E</b>	49.127	14.355	49.311	14.467	30%	14.738	4.306	14.793	4.340
<b>F</b>	22.072	10.180	22.189	10.212	50%	11.036	5.090	11.095	5.106
<b>G</b>	17.521	8.433	17.582	8.466	70%	12.265	5.903	12.308	5.926
<b>H</b>	65.784	62.730	67.521	63.025	100%	65.784	62.730	67.521	63.025
<b>Total</b>	<b>3.585.328</b>	<b>2.968.802</b>	<b>3.792.819</b>	<b>3.155.872</b>	-	<b>120.772</b>	<b>97.584</b>	<b>124.942</b>	<b>103.711</b>

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial	97.584	54.903	103.711	66.222
Provisões Constituídas/Revertidas	95.668	75.348	127.053	88.959
(Baixa para Prejuízo)	(72.480)	(32.667)	(105.822)	(51.470)
Saldo Final (circulante + não circulante)	<b>120.772</b>	<b>97.584</b>	<b>124.942</b>	<b>103.711</b>
Créditos Recuperados	48.259	27.935	48.311	27.935

g) Renegociações

As operações de créditos renegociadas no exercício de 2010 totalizaram R\$ 796.767 (R\$ 517.311 em 31/12/2009). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

## Nota 9 Outros créditos

a) Resumo

	BRB-Múltiplo				BRB-Consolidado				Ref.
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Carteira de Câmbio	-	-	6.266	-	-	-	6.266	-	
Rendas a receber	15.065	-	7.359	4.714	16.233	-	7.443	4.714	(b)
Créditos Específicos	561	3.527	68	3.384	561	3.527	68	3.384	(d)
Negociação e Intermediação	762	-	21	-	763	-	21	-	(c)
Créditos de Usuários (*)	-	-	-	-	181.826	2.362	194.065	-	
Diversos	107.152	279.005	69.385	187.236	105.658	391.465	148.925	206.598	(e)
<b>Total</b>	<b>123.540</b>	<b>282.532</b>	<b>83.099</b>	<b>195.334</b>	<b>305.041</b>	<b>397.354</b>	<b>356.788</b>	<b>214.696</b>	

(\*) Valor reclassificado da rubrica operações de crédito, objetivando melhor apresentação.

b) Rendas a receber

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	868	1.336	324	506
Serviços de Arrecadação (INSS/GDF e	13.254	10.106	13.254	10.106

Concessionários de Serviços Públicos)				
Outros Serviços Prestados	943	631	2.655	1.545
<b>Total</b>	<b>15.065</b>	<b>12.073</b>	<b>16.233</b>	<b>12.157</b>

### c) Negociação e intermediação de valores

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Devedores - Conta liquidações pendentes	762	21	763	21

### d) Créditos específicos

	BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos securitizados (*)	4.088	3.452

(\*)Referem-se à renegociação de dívidas de crédito rural amparadas pela Resolução BACEN n.º 2.471/1998.

### e) Diversos

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Adiantamentos e antecipações salariais	2.190	2.357	2.669	2.442
Adiantamento para pagamento nossa conta	21	17	21	452
Créditos Tributários - Imposto de Renda (nota 10)	126.202	55.608	140.671	58.537
Devedores por depósitos em garantias:				
Trabalhista	21.520	15.588	21.598	15.700
Fiscais	138.888	100.333	236.993	190.964
Outros	7.843	5.451	7.860	5.471
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	42.375	35.820	46.113	41.536
PIS Repique - crédito tributário (***)	9.096	8.856	9.096	8.856
Pagamentos a ressarcir	14.365	12.914	14.685	13.131
Títulos e créditos a receber	5.457	5.580	5.457	5.580
Valores a receber - sociedades ligadas	6.215	3.249	3.423	-
Devedores diversos - País (*)	11.985	10.848	8.536	12.854
<b>Total</b>	<b>386.157</b>	<b>256.621</b>	<b>497.123</b>	<b>355.523</b>
(*)Devedores diversos - País:				
Devedores por compra de bens não de uso - venda	282	361	282	361
Pendências de depósitos	939	2.066	939	2.066
Lançamento retroativo FCB	-	-	5.289	-
Pendências a regularizar - Sistema FCB	1.696	4.010	1.696	6.015
Precatório DER/SP (**)	-	4.249	-	4.249
Outros	9.068	162	330	163
<b>Total</b>	<b>11.985</b>	<b>10.848</b>	<b>8.536</b>	<b>12.854</b>

(\*\*)Referem-se a precatórios do Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo, cedidos ao Banco em dação de pagamento por meio de escritura pública, atualizados à taxa de 6% a.a. mais variação da UFESP (equivalente ao INPC).

Em 2006, conforme autorização do BACEN, baseada em nova avaliação de risco desse crédito, foi reduzido o percentual de provisão para perda de 30% para 10%. O DER/SP vem quitando anualmente a dívida na proporção de 1/10 do total, em atendimento à Emenda Constitucional n.º 30, de 13 de setembro de 2000, restando uma parcela.

(\*\*\*) Crédito tributário ativado a compensar está caucionado no processo 2005.34.000370-0, Ação Cautelar BRB x União Federal - CSLL (nota 26f).

## Nota 10 Créditos tributários - Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

São constituídos créditos tributários do BRB relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a alíquota de 15%.

A Financeira BRB e a BRB-DTVM passaram a constituir Crédito Tributário de 15% da CSLL, em razão

da adesão ao programa de redução fiscal instituído pela Lei 11.941/2009 (nota 26c).

a) Movimentação do crédito tributário

Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR e CSLL)	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário	Base de Cálculo	Crédito Tributário
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>312.986</b>	<b>78.247</b>	<b>329.778</b>	<b>82.444</b>
Constituídos	338.308	84.577	347.324	86.831
Realizados	(433.784)	(108.446)	(452.266)	(113.066)
Constituição sobre a CSLL	-	-	7.325	1.099
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>217.510</b>	<b>54.378</b>	<b>232.161</b>	<b>57.308</b>
Constituição	283.199	70.800	317.933	79.483
Realização	(189.258)	(47.314)	(195.229)	(48.807)
Constituição sobre a CSLL	-	46.717	-	51.928
Realização sobre a CSLL	-	-	(5.971)	(896)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>311.451</b>	<b>124.581</b>	<b>347.539</b>	<b>139.016</b>
Créditos Tributários TVM	-	1.621	-	1.655
<b>Total Geral</b>	<b>311.451</b>	<b>126.202</b>	<b>347.539</b>	<b>140.671</b>
<b>Percentual em relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>43,01%</b>	<b>17,20%</b>	<b>47,99%</b>	<b>19,19%</b>
<b>Percentual em relação ao Ativo Total</b>	<b>4,18%</b>	<b>1,68%</b>	<b>4,66%</b>	<b>1,80%</b>

b) Crédito Tributário do efeito de marcação a mercado de TVM

**BRB-Múltiplo**

**Títulos Disponíveis para Venda**

Ajustes a valor de mercado positivos	Ajustes Positivos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Letras Financeiras do Tesouro	15	1	14	3	11
Notas do Tesouro Nacional	2.943	137	2.806	702	2.104
LTN	78	3	74	19	56
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>3.036</b>	<b>141</b>	<b>2.894</b>	<b>724</b>	<b>2.171</b>

Ajustes a valor de mercado negativos	Ajustes Negativos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Letras Financeiras do Tesouro	(23)	(1)	(22)	(6)	(16)
Letra do Tesouro Nacional	(1)	-	(1)	-	(1)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	(680)	(32)	(648)	(162)	(486)
Ações	(4.674)	(217)	(4.457)	(1.114)	(3.343)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(5.378)</b>	<b>(250)</b>	<b>(5.128)</b>	<b>(1.282)</b>	<b>(3.846)</b>

**Mantidos até o Vencimento**

Ajustes a valor de mercado positivos	Ajustes Positivos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Ajuste a valor de mercado Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	492	23	470	117	352
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>492</b>	<b>23</b>	<b>470</b>	<b>117</b>	<b>352</b>

<b>Ajustes a valor de mercado negativos</b>	<b>Ajustes Negativos</b>	<b>4,65% PIS/COFINS</b>	<b>Base de Cálculo após PIS/COFINS</b>	<b>25% Imposto de Renda</b>	<b>Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário</b>
Ajuste a valor de mercado Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	(206)	(9)	(196)	(49)	(148)
Ajuste a valor de mercado Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	(107)	(5)	(102)	(26)	(76)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(313)</b>	<b>(14)</b>	<b>(298)</b>	<b>(75)</b>	<b>(224)</b>
<b>Ajustes a valor de mercado positivos</b>	<b>3.528</b>	<b>164</b>	<b>3.364</b>	<b>841</b>	<b>2.523</b>
<b>Ajustes a valor de mercado negativos</b>	<b>(5.691)</b>	<b>(264)</b>	<b>(5.426)</b>	<b>(1.357)</b>	<b>(4.070)</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(2.163)</b>	<b>(100)</b>	<b>(2.062)</b>	<b>(516)</b>	<b>(1.547)</b>
<b>Total Efeitos Tributários Diferidos</b>					<b>1.005</b>
<b>Total Crédito Tributário</b>					<b>(1.621)</b>

<b>Ajustes a valor de mercado positivos</b>	<b>Ajustes Positivos</b>	<b>4,65% PIS/COFINS</b>	<b>Base de Cálculo após PIS/COFINS</b>	<b>40% Imposto de Renda</b>	<b>Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário</b>
CCB	155	7	148	59	89
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>155</b>	<b>7</b>	<b>148</b>	<b>59</b>	<b>89</b>

<b>Ajustes a valor de mercado negativos</b>	<b>Ajustes Negativos</b>	<b>4,65% PIS/COFINS</b>	<b>Base de Cálculo após PIS/COFINS</b>	<b>40% Imposto de Renda</b>	<b>Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário</b>
CCB	(73)	-	(73)	(29)	(44)
LFTA	(13)	-	(13)	(5)	(8)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(86)</b>	<b>-</b>	<b>(86)</b>	<b>(34)</b>	<b>(52)</b>
<b>Ajustes a valor de mercado positivos</b>	<b>155</b>	<b>7</b>	<b>148</b>	<b>59</b>	<b>89</b>
<b>Ajustes a valor de mercado negativos</b>	<b>(86)</b>	<b>-</b>	<b>(86)</b>	<b>(34)</b>	<b>(52)</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>69</b>	<b>7</b>	<b>62</b>	<b>24</b>	<b>37</b>

<b>Total Efeitos Tributários Diferidos</b>					<b>89</b>
<b>Total Crédito Tributário</b>					<b>(34)</b>

## BRB – Consolidado

<b>Ajustes a valor de mercado positivos</b>	<b>2.612</b>
<b>Ajustes a valor de mercado negativos</b>	<b>(4.122)</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(1.510)</b>

<b>Total Efeitos Tributários Diferidos</b>	<b>1.071</b>
<b>Total Crédito Tributário</b>	<b>(1.655)</b>

### c) Cálculo do crédito tributário ativado

<b>Desc</b> Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>Base de Cálculo</b>	<b>IR e CSLL 40%</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>IR e CSLL 40%</b>
Devedores duvidosos	128.932	51.573	160.989	64.396
Litígios trabalhistas	46.575	18.630	46.598	18.639
Outros litígios	45.968	18.387	45.968	18.387
Provisão sobre precatório do DER	454	182	454	182
Perdas com FCVS	24.739	9.896	24.739	9.896
Provisão Despesas de Pessoal – Abono	1.822	729	1.822	729
Provisão para outros valores e bens	425	170	425	170
Provisão riscos fiscais (INSS)	41.000	16.400	41.000	16.400
Provisão riscos fiscais (FNDE)	1.908	763	1.908	763
Provisão riscos fiscais (PIS e COFINS)	16.986	6.794	19.892	7.957



Desc/Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	IR e CSLL 40%	Base de Cálculo	IR e CSLL 40%
Perdas títulos livre negociação - CETIP	1.529	611	1.529	611
Provisão Despesas em Op. Mercado Futuro	-	-	1.102	440
Outras	1.113	446	1.113	446
Diversas (Para CSLL CFI)	-	-	-	-
Diversas (Para CSLL DTVM)	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>311.451</b>	<b>124.581</b>	<b>347.539</b>	<b>139.016</b>
<b>Efeito de marcação a mercado de TVM</b>	<b>-</b>	<b>(616)</b>	<b>-</b>	<b>(585)</b>
<b>Total</b>	<b>311.451</b>	<b>123.965</b>	<b>347.539</b>	<b>138.431</b>

d) Estimativa de realização do crédito tributário

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016 a 2020	%
<b>BRB-Múltiplo</b>	26.000	30,97	7.213	8,59	6.414	7,64	5.970	7,11	5.564	6,63	32.793	39,06
<b>BRB-Consolidado</b>	27.085	29,49	8.421	9,17	7.283	7,93	6.866	7,48	6.284	6,85	35.929	39,08

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 83.954 (R\$ 91.868 BRB-Consolidado). A realização do crédito tributário do BRB-Múltiplo no ano 2010 foi de R\$ 47.314 e representou 190,43% em relação ao orçado. A realização do BRB-Consolidado no valor de R\$ 49.703 representou 181,52% em relação ao orçado.

e) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	<b>279.009</b>	305.523	<b>268.058</b>	370.656
(-) Juros sobre capital próprio	(34.568)	(26.340)	(34.568)	(32.896)
(-) Participação nos lucros	(25.790)	(28.047)	(26.490)	(28.759)
(-) Ajustes Regime Tributário de Transição - RTT	(1.050)	-	(1.050)	-
(+) Adição	318.222	342.653	335.053	413.283
Permanente	<u>40.798</u>	<u>14.289</u>	<u>6.205</u>	<u>27.029</u>
Equivalência patrimonial	38.345	10.739	1.086	10.770
Outras adições	2.453	3.550	5.119	16.259
Não Permanente	<u>277.424</u>	<u>328.364</u>	<u>328.848</u>	<u>386.254</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	156.945	285.257	194.468	333.614
Provisão para programa de participação em resultados	-	9.900	-	10.900
Outras adições	120.479	33.207	134.380	41.740
(-) Exclusão	(211.846)	(443.940)	(221.627)	(449.188)
Permanente	<u>(20.816)</u>	<u>(56.505)</u>	<u>(17.710)</u>	<u>(39.868)</u>
Equivalência patrimonial	(20.438)	(55.963)	(14.068)	(31.062)
Outras exclusões	(378)	(542)	(3.642)	(8.806)
Não permanente	<u>(191.030)</u>	<u>(387.435)</u>	<u>(203.917)</u>	<u>(409.320)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157.342)	(318.401)	(163.535)	(332.929)
Baixa Provisão P/ Programa Participação Resultado	-	(18.900)	-	(19.260)
Provisão de contingências	(18.158)	(34.634)	(18.182)	(27.719)
Outras exclusões	(15.530)	(15.500)	(22.200)	(29.412)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	<b>323.977</b>	<b>149.849</b>	<b>319.376</b>	<b>273.096</b>
(-) Compensação de Lucro/Prejuízo fiscal	-	-	-	(1.086)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	323.977	149.849	319.376	272.010
Imposto de renda à alíquota 15%	48.596	22.477	51.485	40.801
Imposto de renda adicional 10%	32.373	14.961	34.252	27.117
(-) Incentivos fiscais	(1.794)	(597)	(1.843)	(606)
Ajustes de despesas de imposto de rendas/exercícios anteriores	-	838	-	851
(-) Despesas de IR Diferido	(384)	756	(384)	756
Despesa com imposto de renda à alíquota de 25%	<b>78.791</b>	<b>38.435</b>	<b>83.510</b>	<b>68.919</b>
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa	322.444	182.607	340.824	305.006

	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
(-) Compensação de base negativa	-	(18.156)	-	(19.242)
(=) Base de cálculo CSLL	322.444	164.451	340.824	285.764
Valor da CSLL 15%	48.367	24.668	51.123	42.865
Ajuste de despesas de CSLL	-	49	-	49
Despesa de CSLL diferido	223	-	223	-
+/- Despesa de CSLL de períodos anteriores	-	-	(1.937)	-
Despesas c/ CSLL	<b>48.590</b>	<b>24.717</b>	<b>49.409</b>	<b>42.914</b>

## **Nota 11** Outros valores e bens

### a) Resumo

	<b>BRB-Múltiplo</b>				<b>BRB-Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>		<b>31/12/2010</b>		<b>31/12/2009</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Bens não de uso próprio	-	6.577	-	5.842	-	6.577	-	5.842
Despesas antecipadas	2.011	-	1.828	-	2.062	-	2.034	-
Material em estoque	369	-	276	-	1.639	-	276	-
Provisão para desvalorizações de outros valores e bens	-	(596)	-	(688)	-	(596)	-	(688)
<b>Total</b>	<b>2.380</b>	<b>5.981</b>	<b>2.104</b>	<b>5.154</b>	<b>3.701</b>	<b>5.981</b>	<b>2.310</b>	<b>5.154</b>

### b) Sumário

	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Bens não de uso próprio	6.577	5.842	6.577	5.842
Despesas antecipadas	2.011	1.828	2.062	2.034
Material em estoque	369	276	1.639	276
Provisão para desvalorizações de outros valores e bens	(596)	(688)	(596)	(688)
<b>Total</b>	<b>8.361</b>	<b>7.258</b>	<b>9.682</b>	<b>7.464</b>

A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo, por meio de laudo de avaliação.

## **Nota 12** Investimentos – Participações em coligadas e controladas no País

### a) Sumário

	<b>BRB-Múltiplo</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>Ref.</b>
Participações em coligadas e controladas no país	103.435	(b)
Outros investimentos	2.908	
Provisões para perdas	(339)	
<b>Total</b>	<b>106.004</b>	

### b) Participações em coligadas e controladas no país

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método da equivalência patrimonial foram contabilizados em contas de resultado, no título "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Os principais dados relativos às sociedades coligadas e controladas são:

<b>Quantidade de ações</b>	<b>Financeira BRB</b>	<b>BRB DTVM</b>	<b>CARTÃO BRB</b>
Capital	30.000	30.000	211.280
N.º de ações do BRB-BM: - Ordinárias	50	990.000	2.748.756
- Preferenciais	50	-	-
Percentual de participação	100%	99%	69,74%

<b>Movimento do investimento</b>	<b>Financeira BRB</b>	<b>BRB DTVM</b>	<b>CARTÃO BRB</b>	<b>Total</b>
<b>. Saldos em 31/12/2008</b>	<b>332.013</b>	<b>33.936</b>	<b>24.895</b>	<b>390.844</b>
- Equivalência patrimonial	14.630	3.485	32.992	51.107
- Dividendos/JCP recebidos	(280)	(861)	(4.234)	(5.375)
- Reflexo do ajuste ao valor de mercado TVM	17	1.678	-	1.695
- Cisão (*)	(315.465)	-	-	(315.465)
- Investimentos(**)	-	-	142.647	142.647
- Deságio na aquisição de investimentos(**)	-	-	(142.647)	(142.647)
- Amortização de deságio Cartão BRB (**)	-	-	8.321	8.321
- Reorganização Societária	-	-	(1.673)	(1.673)
<b>. Saldos em 31/12/2009</b>	<b>30.915</b>	<b>38.238</b>	<b>60.301</b>	<b>129.454</b>
- Equivalência patrimonial	(8.356)	3.549	(13.100)	(17.907)
- Dividendos recebidos	-	(861)	(13.753)	(14.614)
- Ajuste ao valor de mercado TVM	(17)	(1.641)	-	(1.658)
- Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(6.105)	(6.105)
- Amortização de deságio Cartão BRB (*)	-	-	14.265	14.265
<b>. Saldos em 31/12/2010</b>	<b>22.542</b>	<b>39.285</b>	<b>41.608</b>	<b>103.435</b>

(\*) Cisão foi aprovada pelas Atas da Diretoria Colegiada do BRB - Banco de Brasília S.A. e CFI - Crédito Financiamento e Investimento em 29/12/2008 e Assembléa Geral de Acionistas de n.º 500 de 30/01/2009.

(\*\*) O valor de R\$ 142.647 refere-se ao aumento do capital social da Cartão BRB, mediante a emissão de 2.298.756 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pelo BRB, por meio de contrato de compra e venda celebrado entre o BRB e a Cartão BRB do direito de exploração exclusiva, do balcão do BRB para venda de cartões de crédito, pelo prazo de 10 anos, sendo este valor apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

O referido aumento de capital foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 26/03/2009, bem como pela Assembléa Extraordinária dos Acionistas da Cartão BRB, em 27 de maio de 2009, e proporcionou o aumento da participação do Banco na Cartão BRB para 69,74%. O aumento de participação realizado gerou o registro do mesmo valor de R\$ 142.647 em rubrica específica de "deságio na aquisição de investimento", e o BRB vem reconhecendo, mensalmente, amortização do deságio equivalente a 1/120 ao mês, pelo mesmo período contratual correspondente.

### **Nota 13 Imobilizado em uso**

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Móveis e equipamentos em estoque	10%	42	35	-	(61)	16
Terrenos	0%	14.976	-	-	-	14.976
Edificações	4%	40.045	-	-	-	40.045
Instalações	10%	3.802	287	-	-	4.089
Móveis e equipamentos de uso	10%	16.132	1.596	(156)	61	17.633
Sistema de comunicação	10%	1.985	651	-	-	2.636
Sistema de processamento de dados	20%	20.196	3.766	-	-	23.962
Sistema de segurança	10%	2.454	83	-	-	2.537
Sistema de transporte	10%	1.026	500	-	-	1.526
<b>Subtotal</b>	-	<b>100.658</b>	<b>6.918</b>	<b>(156)</b>	-	<b>107.420</b>
Depreciação acumulada	-	(61.603)	(6.095)	156	-	(67.542)
<b>Total</b>	-	<b>39.055</b>	<b>823</b>	-	-	<b>39.878</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 31/12/2010</b>
Móveis e equipamentos em estoque	10%	44	36	-	(61)	19
Terrenos	0%	14.976	-	-	-	14.976
Edificações	4%	40.045	-	-	-	40.045
Instalações	10%	4.708	327	-	-	5.035

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 31/12/2010</b>
Móveis e equipamentos de uso	10%	17.017	1.664	(156)	61	18.586
Sistema de comunicação	10%	1.991	651	-	-	2.642
Sistema de processamento de dados	20%	22.790	3.863	(8)	-	26.645
Sistema de segurança	10%	2.454	84	-	-	2.538
Sistema de transporte	10%	1.195	570	(40)	-	1.725
<b>Subtotal</b>	-	<b>105.220</b>	<b>7.195</b>	<b>(204)</b>	-	<b>112.211</b>
Depreciação acumulada	-	(64.124)	(6.745)	201	(273)	(70.941)
<b>Total</b>	-	<b>41.096</b>	<b>450</b>	<b>(3)</b>	<b>(273)</b>	<b>41.270</b>

## Nota 14 Intangível

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Software vida útil definida (*)	-	23.422	5.890	-	-	29.312
Software vida útil indefinida	0%	5.008	298	-	-	5.306
<b>Subtotal</b>	-	<b>28.430</b>	<b>6.188</b>	-	-	<b>34.618</b>
Amortização acumulada	-	(5.814)	(9.537)	-	-	(15.351)
<b>Total</b>	-	<b>22.616</b>	<b>(3.349)</b>	-	-	<b>19.267</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 31/12/2010</b>
Software vida útil definida (*)	-	23.422	6.632	-	-	30.054
Software vida útil indefinida	0%	5.008	298	-	-	5.306
Marcas e Patentes	20%	28	-	-	-	28
Sistemas Logiciais	20%	1.840	32	-	-	1.872
<b>Subtotal</b>	-	<b>30.298</b>	<b>6.962</b>	-	-	<b>37.260</b>
Amortização acumulada	-	(7.253)	(9.764)	-	-	(17.017)
<b>Total</b>	-	<b>23.045</b>	<b>(2.802)</b>	-	-	<b>20.243</b>

(\*) Para o cálculo da amortização dos softwares de vida útil definida é utilizado o prazo contratual ou a taxa de 20% ao ano.

## Nota 15 Diferido

<b>BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado</b>	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 31/12/2010</b>
Gastos de organização e expansão	20%	19.140	-	(3.514)	-	15.626
Amortização acumulada	-	(12.471)	(3.560)	3.514	-	(12.517)
<b>Total</b>	-	<b>6.669</b>	<b>(3.560)</b>	-	-	<b>3.109</b>

## Nota 16 Depósitos

a) Resumo

	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Depósitos a vista</b>	<b>763.267</b>	<b>832.177</b>	<b>752.320</b>	<b>831.720</b>
Pessoas físicas	182.780	166.622	182.988	166.094
Pessoas Jurídicas	425.079	470.412	414.132	470.412

	<b>BRB-Múltiplo</b>		<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Vinculadas	48.105	45.622	48.105	45.622
Governos	867	2.152	867	2.152
Depósitos a vista de ligadas	94.811	140.368	94.811	140.811
Depósitos instituições sistema financeiro	11.625	7.001	11.417	6.629
<b>Depósitos Poupança</b>	<b>1.014.711</b>	<b>989.793</b>	<b>1.014.711</b>	<b>989.793</b>
Pessoas Físicas	967.980	930.062	967.980	930.062
Pessoas Jurídicas	40.307	50.636	40.307	50.636
Empresas ligadas	6.407	9.095	6.407	9.095
PJ Instituição Financeira	17	-	17	-
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>79.708</b>	<b>105.879</b>	<b>65.542</b>	<b>96.834</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>3.857.633</b>	<b>3.049.580</b>	<b>3.844.961</b>	<b>2.996.009</b>
Pessoas Físicas	1.011.885	660.795	1.011.885	660.795
Pessoas Jurídicas	940.354	863.568	927.682	809.997
Empresas ligadas	1.447.312	1.243.753	1.447.312	1.243.753
Depósito Judicial com remuneração	458.082	281.464	458.082	281.464
<b>Depósitos em consignação (Depósito a prazo)</b>	<b>2.990</b>	<b>2.947</b>	<b>2.990</b>	<b>2.947</b>
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	2.990	2.947	2.990	2.947
<b>Depósitos em Moeda Estrangeira</b>	<b>=</b>	<b>1.011</b>	<b>=</b>	<b>1.011</b>
Depósitos em moedas estrangeiras no país	-	1.011	-	1.011
<b>Depósitos para investimento</b>	<b>=</b>	<b>9.713</b>	<b>=</b>	<b>9.713</b>
Pessoas físicas	-	1.903	-	1.903
Pessoas jurídicas	-	7.115	-	7.115
Empresas Ligadas	-	695	-	695
<b>Total</b>	<b>5.718.309</b>	<b>4.991.100</b>	<b>5.680.524</b>	<b>4.928.027</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>4.422.158</b>	<b>4.126.821</b>	<b>4.384.373</b>	<b>4.063.748</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.296.151</b>	<b>864.279</b>	<b>1.296.151</b>	<b>864.279</b>

b) Segregação por vencimento

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total 31/12/2010</b>	<b>Total 31/12/2009</b>
Depósitos a Vista	763.267	-	-	-	-	-	763.267	832.177
Depósitos Poupança	1.014.711	-	-	-	-	-	1.014.711	989.793
Depósitos Interfinanceiros	-	14.166	65.542	-	-	-	79.708	105.879
Depósitos a Prazo	458.082	1.581.441	521.959	777.022	347.553	171.576	3.857.633	3.049.580
Depósitos em consignação	2.990	-	-	-	-	-	2.990	2.947
Depósitos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	1.011
Depósitos para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	9.713
<b>Total</b>	<b>2.239.050</b>	<b>1.595.607</b>	<b>587.501</b>	<b>777.022</b>	<b>347.553</b>	<b>171.576</b>	<b>5.718.309</b>	<b>4.991.100</b>

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total 31/12/2010</b>	<b>Total 31/12/2009</b>
Depósitos a Vista	752.320	-	-	-	-	-	752.320	831.720
Depósitos Poupança	1.014.711	-	-	-	-	-	1.014.711	989.793
Depósitos Interfinanceiros	-	-	65.542	-	-	-	65.542	96.834
Depósitos a Prazo	458.082	1.568.769	521.959	777.022	347.553	171.576	3.844.961	2.996.009
Depósitos em consignação	2.990	-	-	-	-	-	2.990	2.947
Depósitos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	1.011
Depósitos para investimento	-	-	-	-	-	-	-	9.713
<b>Total</b>	<b>2.228.103</b>	<b>1.568.769</b>	<b>587.501</b>	<b>777.022</b>	<b>347.553</b>	<b>171.576</b>	<b>5.680.524</b>	<b>4.928.027</b>

No ano de 2010, a carteira de depósitos a prazo do Banco apresentou um crescimento de 26,50%, alcançando o volume de 3,857 bilhões, impulsionado pelas aplicações da rede varejista, pessoas

físicas e jurídicas. Esse resultado proporcionou incremento na Liquidez do Banco e maior disponibilidade de recursos para as linhas de crédito, favorecendo o desenvolvimento da região e aumentando a competitividade do Banco no mercado financeiro.

### **Nota 17** Captação no mercado aberto

	BRB-Múltiplo				BRB-Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>345.725</b>	-	<b>295.883</b>	-	<b>345.725</b>	-	<b>295.883</b>	-
Recompras a liquidar	345.725	-	295.883	-	345.725	-	295.883	-
Notas do tesouro nacional	-	-	295.883	-	-	-	295.883	-
Letras Financeiras do Tesouro	345.725	-	-	-	345.725	-	-	-
<b>Total</b>	<b>345.725</b>	-	<b>295.883</b>	-	<b>345.725</b>	-	<b>295.883</b>	-

### **Nota 18** Recursos letras hipotecárias imobiliárias, créditos e similares

	BRB-Múltiplo				BRB-Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos de Letras Hipotecárias	9.709	734	3.340	9.591	9.709	734	3.340	9.591
<b>Total</b>	<b>9.709</b>	<b>734</b>	<b>3.340</b>	<b>9.591</b>	<b>9.709</b>	<b>734</b>	<b>3.340</b>	<b>9.591</b>

Os recursos de aceites e títulos são representados por letras hipotecárias emitidas no País, sobre as quais incidem encargos financeiros correspondentes à taxa de referência (TR) mais juros com vencimento até 2014.

### **Nota 19** Relações interfinanceiras

BRB-Múltiplo e Consolidado	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pagamentos e recebimento a liquidar	9	-	34	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>-</b>

Tratam-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

### **Nota 20** Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

BRB-Múltiplo e Consolidado	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Tesouro Nacional	20	218	22	248
CEF	654	1.737	643	2.321
BNDES	9.724	11.111	1.077	7.902
FINAME	7.793	11.014	772	5.360
FCO – Banco do Brasil	461	2.050	293	927
<b>Total</b>	<b>18.652</b>	<b>26.130</b>	<b>2.807</b>	<b>16.758</b>

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

Origem dos Recursos	Taxas/ Remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	31/12/2010	31/12/2009
TESOURO NACIONAL	3% a.a.	POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF	Outubro de 2025	238	270
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	FINANSA e TREINAT	Outubro de 2018	2.391	2.964
BNDDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/FINEM, comércio e serviços e rural	Outubro de 2012	20.835	8.979
FINAME	0,9% a.a. até 4,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	Março de 2015	18.807	6.132
FCO – Banco do Brasil	3,75% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento Industrial, Desenvolvimento Turismo Reg., Desenvolvimento Set. Com., Serv. e Rural e Infra-estrutura Econômica	Outubro de 2014	2.511	1.220
<b>Total</b>				<b>44.782</b>	<b>19.565</b>

## Nota 21 Outras obrigações

### a) Resumo

	BRB-Múltiplo				BRB-Consolidado				Ref.
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Cobrança arrecadação tributos	6.163	-	4.307	-	6.271	-	4.338	-	
Sociais e estatutárias	20.239	-	27.678	-	20.562	-	27.909	-	
Fiscais e previdenciárias	98.682	252.470	53.210	148.992	106.810	348.390	132.735	166.045	(b)
Fundos financeiros e de desenvolvimento	42	-	42	-	42	-	42	-	
Carteira de câmbio	-	-	6.275	-	-	-	6.275	-	
Diversas	147.991	87.498	142.672	54.728	286.627	88.893	297.220	54.774	(c)
<b>Total</b>	<b>273.117</b>	<b>339.968</b>	<b>234.184</b>	<b>203.720</b>	<b>420.312</b>	<b>437.283</b>	<b>468.519</b>	<b>220.819</b>	

### b) Fiscais e previdenciárias

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Impostos e contribuições sobre salários	11.307	9.687	11.447	9.796
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.425	1.336	1.428	1.394
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	79.176	36.841	86.651	41.273
Provisão para riscos fiscais sobre lucros (*) (nota 26)	190.908	136.907	283.854	226.307
Provisão para riscos fiscais sobre salários – INSS SAT (nota 26)	24.000	8.974	24.000	8.974
Provisão para riscos fiscais sobre salários – INSS PLR	17.000	-	17.000	-
Provisão para riscos fiscais sobre salário educação (nota 26)	1.908	1.851	1.908	1.851
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS (nota 26)	16.986	-	19.892	832
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.669	-	1.735	-
Outros	6.773	6.606	7.285	8.353
<b>Total</b>	<b>351.152</b>	<b>202.202</b>	<b>455.200</b>	<b>298.780</b>

(\*) Refere-se majoritariamente a ação judicial da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que está sendo discutido judicialmente e encontra-se totalmente provisionado (nota 26c).

### c) Diversas

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Cheques administrativos	8.593	4.792	8.593	4.792
Credores Diversos – País (*)	46.661	44.857	184.820	195.281
Credores por recursos a liberar	3.649	1.577	3.649	1.577
Obrigações para aquisição de bens e direitos	5.397	19.386	5.396	19.386
Obrigações por convênios oficiais	5.306	7.662	5.306	7.662
Provisão para pagamento – despesas de pessoal	43.431	40.363	43.908	42.188
Provisão para pagamento – despesas administrativas	16.765	16.705	16.765	19.004
Provisão para pagamentos a efetuar	3.425	7	3.425	7

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Provisão para passivos contingentes (nota 26)	94.039	58.702	95.435	58.748
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	4.436	3.292	4.436	3.292
Valores a Pagar de Ligadas	3.698		3.698	
Outros	89	57	89	57
<b>Total</b>	<b>235.489</b>	<b>197.400</b>	<b>375.520</b>	<b>351.994</b>
<b>(* ) Credores diversos – país:</b>				
Pagamentos a processar	19.254	13.698	19.254	12.996
Pendências de depósitos	6.910	2.216	6.910	2.216
MTR – Maestro/Cirrus	5.992	4.755	5.992	4.755
Fornecedores CPG	2.971	3.326	2.971	3.326
Pendências a regularizar	1.501	2.451	1.501	2.451
Cientes institucionais	-	1.144	-	1.144
Transações Visa Electron	2.112	2.433	2.112	2.433
Integração CDA x FLX	-	14.573	-	14.573
Obrigações com bandeiras e associados do Cartão BRB (**)	-	-	72.811	77.291
Créditos em garantia (Cartão BRB)	-	-	45.337	61.350
Programa de bonificação	-	-	5.186	6.863
Private label	-	-	1.560	3.295
Provisões para ações judiciais	-	-	-	1.029
Outros	7.921	261	21.186	1.559
<b>Total</b>	<b>46.661</b>	<b>44.857</b>	<b>184.820</b>	<b>195.281</b>

(\*\*) Refere-se a obrigações com a Visa e Mastercard.

## Nota 22 Receitas e despesas

### a) Resumo – Receitas de prestação de serviços

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado		Ref.
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	
Receita de prestação de serviços	22.732	13.558	139.811	146.455	(b)
Rendas de tarifas bancárias	98.929	104.188	98.939	104.202	(c)
<b>Total</b>	<b>121.661</b>	<b>117.746</b>	<b>238.750</b>	<b>489.407</b>	

### b) Receitas de prestação de serviços

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Comissão Intercâmbio Visa/Master - Cartão BRB	8.603	7.611	21.785	19.807
Corretagem BRB SEGUROS	10.659	4.998	10.659	4.998
Rendas – anuidades BRB – Cartão	-	-	5.345	6.537
Remuneração de garantia Visa/Master - Cartão BRB(*)	-	-	61.786	77.088
Rendas de serviços private label	-	-	3.588	5.690
Taxa de manutenção Visa			56	1.879
Rendas de serviços de custódia		-	818	796
Multa Contratual	-	-	4.082	4.641
Encargos sobre compras parceladas	-	-	5.955	6.108
Encargos sobre acordos (Cartão BRB)	-	-	7.479	4.943
Renda de administração de fundos	-	-	8.898	8.629
Rendas comissões colocação de títulos	2.490	-	2.490	-
Outras	980	949	6.870	5.339
<b>Total</b>	<b>22.732</b>	<b>13.558</b>	<b>139.811</b>	<b>146.455</b>

(\*) Trata-se de receita originária de juros de crédito rotativo das faturas de cartões de crédito.



c) Rendas de tarifas bancárias

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Arrecadação	11.095	10.034	11.095	10.034
BRB – Capitalização	299	2.344	299	2.344
CCF – Exclusão	2.667	2.840	2.667	2.840
Cheque devolvido	1.042	1.054	1.042	1.054
Comissões/BRB-CAP 50%parcela resgatada	-	1.882	-	1.882
Concessão de adiantamentos a depositantes	22.090	21.781	22.090	21.781
Contratação/renovação aditivo operações ativas	1.024	1.501	1.024	1.501
Fornecimento de extratos	2.640	2.382	2.640	2.382
Fornecimento de folhas de cheques	2.011	2.446	2.011	2.446
KIT – serviços	15.241	10.419	15.241	10.419
Outras contratações renovações/liquidações	17	70	17	70
Rendas de cobrança	8.581	7.677	8.581	7.677
Renovação de cadastro		3.220	-	3.220
Saque conta de depósito à vista e poupança	6.371	6.134	6.371	6.134
TAC – PJ	2.537	1.921	2.537	1.921
Tarifa de coleta de documentos para empréstimos	471	722	471	722
Tarifa manutenção de conta – PJ	2.099	2.336	2.099	2.336
Tarifa pagamento programa sociais sistema BFE	1.170	-	1.170	-
Tarifas CDA	8.758	9.007	8.758	9.007
Tarifas interbancárias	-	6.168	-	6.168
Tarifas sobre acatamento cheques sem fundos	906	917	906	917
Transferências de recursos	4.810	4.620	4.810	4.620
Outras	5.100	4.713	5.110	4.727
<b>Total</b>	<b>98.929</b>	<b>104.188</b>	<b>98.939</b>	<b>104.202</b>

d) Despesas de pessoal

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Despesas de pessoal – benefícios	35.273	30.321	37.366	31.805
Despesas de pessoal – encargos sociais	92.324	75.538	94.988	77.579
Despesas de pessoal – proventos	192.304	174.051	199.417	181.771
Despesas de pessoal – treinamento	1.342	1.714	1.397	1.778
Despesas de honorários	3.183	2.717	5.781	5.283
Despesas com remuneração de estagiários	4.523	4.382	4.594	4.485
<b>Total</b>	<b>328.949</b>	<b>288.723</b>	<b>343.763</b>	<b>302.701</b>

e) Outras despesas administrativas

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Despesas água, energia e gás	5.167	4.788	5.167	4.789
Despesas de aluguéis	5.149	4.215	5.149	4.218
Despesas de comunicações	4.495	4.416	5.138	4.962
Despesas manutenção e conservação de bens	8.353	5.806	8.432	5.889
Despesas de processamento de dados	86.361	95.683	88.966	97.971
Despesas propaganda e publicidade	15.501	14.634	27.255	26.718
Despesas serviços do sistema financeiro	9.038	8.303	7.384	8.585
Despesas de serviços de terceiros	48.541	47.381	49.075	48.669
Despesas de serviços de vigilância e segurança	9.884	9.603	10.135	9.836
Despesas de serviços técnicos especializados	5.904	2.408	6.808	3.033
Despesas de transportes	9.359	4.974	9.361	4.979
Despesas de amortização e depreciação	19.192	15.170	34.203	23.526
Juros sobre financiamento Título	-	-	21.385	39.178
Ressarcimentos de despesas Cartão-BRB	8.328	-	-	-

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Uso da Marca BRB	-	-	12.100	-
Outras despesas administrativas	11.796	10.089	11.663	19.638
<b>Total</b>	<b>247.068</b>	<b>227.470</b>	<b>302.221</b>	<b>301.991</b>

f) Outras receitas operacionais

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Recuperação de encargos e despesas (*)	26.346	23.357	16.881	23.699
Reversão de provisões operacionais	7.015	13.735	11.889	31.541
Atualização sobre depósito judicial	14.157	7.749	19.353	14.579
Amortização de deságio da Cartão BRB(***)	14.265	8.321	-	-
Ganhos de capital (Cartão-BRB) (**)	-	-	-	105.001
Reversão de provisões operacionais - FCVS	362	1.075	362	1.075
Ressarcimento despesas administrativas	4.143	-	4.181	-
Outros Litígios	1.499	-	1.506	-
Atualização de tributos	519	537	570	560
Outras	13.169	7.072	4.604	6.472
<b>Total</b>	<b>81.475</b>	<b>61.846</b>	<b>59.346</b>	<b>182.927</b>

(\*) No BRB-Múltiplo, refere-se preponderantemente a recuperação de despesas administrativas das controladas, conforme convênio firmado entre as partes.

(\*\*) Refere-se a alienação do investimento - venda das ações Visanet.

(\*\*\*) Vide nota 12b.

g) Outras despesas operacionais

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Litígios trabalhistas	8.251	10.556	8.251	10.625
Atualização monetária	13.459	4.249	19.021	10.477
Passivos contingentes	-	6.584	-	6.593
Despesas convênio c/ TJDF	6.361	3.127	6.361	3.127
Outros litígios	8.429	3.735	8.429	3.749
Tarifas ressarcidas	1.262	1.080	1.262	1.080
Despesas com descontos concedidos em renegociações	-	1.935	-	1.935
Indenizações por danos morais	-	824	-	879
Contrato Regius Fevereiro a Dezembro/1997	29.400	-	29.400	-
Perdas com FCVS - diferença de taxas	7.833	3.986	7.833	3.986
Despesas com cartão de débito	-	1.103	-	1.103
Ressarcimento custos operações de cobrança	3.725	1.511	3.725	1.511
Variação cambial	-	-	750	2.682
Prejuízos perdas - Lei n.º 9.430 (Cartão BRB)	-	-	13.201	19.654
Processamento de cartões (Cartão BRB)	-	-	11.717	15.136
Bonificação paga (Cartão BRB)	-	-	6.650	5.642
Despesas com cobrança (Cartão BRB)	-	-	3.341	3.132
PIS- Riscos Fiscais	16.986	-	18.652	-
Cobrança	-	-	5.184	4.025
Prejuízos com fraudes (Cartão BRB)	-	-	4.419	4.659
Taxa de serviços Mastercard (Cartão BRB)	-	-	4.285	4.211
INSS - SAT	14.511	-	14.511	-
Correios/faturas (Cartão BRB)	-	-	-	2.384
INSS - PLR	17.000	-	17.000	-
Central de relacionamento Private Label	-	-	-	1.721
Serviços de courier (Cartão BRB)	-	-	2.172	2.075
Outras despesas	8.316	2.702	4.278	12.556
<b>Total</b>	<b>135.533</b>	<b>41.392</b>	<b>190.442</b>	<b>122.942</b>

## h) Resultado não operacional

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro na alienação de valores e bens	396	1.723	397	1.723
Alienação de bens	(16)	(75)	(16)	(75)
Ganhos/perdas de capital	(12.269)	(2.721)	(12.272)	(2.346)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	92	205	92	205
Rendas de aluguéis	109	329	109	329
Outras	581	488	581	486
<b>Total</b>	<b>(11.107)</b>	<b>(51)</b>	<b>(11.109)</b>	<b>322</b>

## Nota 23 Patrimônio líquido

- a) Capital Social: O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 de ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais tem direito a pelo menos 10% a mais de dividendos em relação as ações ordinárias.
- b) Reserva legal: Constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.
- c) Aumento do Capital Social do BRB – Banco de Brasília S.A. de R\$ 300.000 para R\$ 500.000 conforme Assembléia Geral Extraordinária, PARECER DICON/DECON – 2010/011 de 19 de julho de 2010, aprovado pelo BACEN em 10 de janeiro de 2011.
- d) Reserva Estatutária: Conforme disposto no Estatuto, foi constituída reserva para cobertura de risco em operações de câmbio de 2% sobre o lucro líquido.
- e) Ajuste ao valor de mercado: Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários conforme requerido pela Circular n.º 3.068/01 do BACEN.
- f) Dividendos/juros sobre capital próprio: O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido	94.913	196.041	190.455
Reserva legal	(4.746)	(9.802)	(9.523)
Reserva de câmbio	(1.898)	(3.921)	(3.809)
Ajustes de lucros ou prejuízos acumulados	(8.002)	(7.995)	17
Base de cálculo de dividendo	<u>80.267</u>	<u>174.323</u>	<u>177.140</u>
Dividendo mínimo (25%)	<b>20.067</b>	<b>43.581</b>	<b>44.285</b>
Dividendos a distribuir	2.916	9.232	18.097
Juros sobre capital próprio provisionado	17.284	34.568	26.340
Imposto de renda retido na fonte	(75)	(151)	(118)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido	20.125	43.649	44.319

O valor dos dividendos/juros sobre capital próprio do exercício de 2010 corresponde a R\$ 5.255,40 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5.780,94 bruto por lote de mil ações preferenciais.

O valor dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 foi de R\$ 34.568, calculado com base na Lei n.º 9.249/95, proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 13.827 e encontra-se registrado na

rubrica "Sociais e Estatutárias".

g) Acordo de Basiléia/Índice de imobilização

	31/12/2010	31/12/2009
Patrimônio de referência	720.264	575.878
Índice de Basiléia (*)	16,38%	15,85%
Margem	218.729	161.359
Índice de imobilização	14,56%	22,13%
Índice da margem de imobilização	70,88%	55,74%
Margem de imobilização	255.269	160.484

(\*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *Pbanking*, no montante de R\$ 17.732.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado financeiro, sendo o Índice de Solvabilidade de Basiléia apresentado superior ao mínimo de 11% exigido pela autoridade monetária.

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

	31/12/2010	31/12/2009
Parcela de Risco de Crédito	408.534	345.647
Parcela de Risco de Mercado – Juros	12.247	8.644
Parcela de Risco de Mercado – Ações	1.455	3.425
Parcela de Risco Operacional	61.566	41.975
Total do Patrimônio de Referência Exigido – PRE	<b>483.802</b>	<b>399.691</b>

**Nota 24** Informações complementares

a) Gestão de Riscos

Com as constantes mudanças no cenário financeiro mundial – mercado globalizado, diversidade de produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos, número crescente de transações e grandes montantes de recursos envolvidos, o aumento da sofisticação tecnológica, negócios virtuais – a tarefa de identificar, medir, controlar e administrar os riscos tornou-se fundamental para a sobrevivência das instituições financeiras. Visando o fortalecimento do sistema financeiro e a saúde financeira dos bancos, os órgãos reguladores estão implementando regulamentações, em consonância com o Novo Acordo de Capitais - Basiléia II.

b) Estrutura de Gerenciamento

A estrutura organizacional para o gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB é descrita abaixo:

- Conselho de Administração: Responsável pelas informações divulgadas sobre a gestão do risco institucional;
- Diretoria Colegiada - DICOL: analisa, julga e aprova os limites operacionais do Conglomerado;
- Comitê de Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez: coordenado pela Diretoria Financeira - DIRFI, com a participação da área de riscos, financeira e DTVM, estabelece e acompanha os limites de Risco de Mercado e liquidez e observa a alocação de capital; propõe ações estratégicas e estabelece diretrizes para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado; discute, propõe estratégias de negócios e fixa limites para alocação de recursos nas Carteiras de Tesouraria do BRB – Banco Múltiplo; discute e propõe cenários de teste de estresse e define regras para o plano de contingência de liquidez.
- Comitê de Gerenciamento do Risco de Crédito: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Crédito e Governo - DICRE, com a participação da área de Riscos e de Créditos, cujas responsabilidades são: acompanhar a evolução do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), especialmente as Exposições Ponderadas por Fator de Risco (EPR), propondo medidas corretivas, se for o caso; propor à Diretoria Colegiada – DICOL ações estratégicas para a redução e mitigação do Risco de Crédito; estabelecer diretrizes para a política de gerenciamento de Risco de Crédito, discutir a evolução do estoque de crédito, a concentração, a inadimplência e provisão nas carteiras do Conglomerado, propor cenários para a realização de

testes de estresse e analisar os indícios de deterioração da qualidade do crédito. do Conglomerado BRB;

- Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Administração - DIRAD, com a participação da área de risco, tecnologia e segurança da informação. Tem por objetivo acompanhar as informações gerenciais da base de perdas e indicadores chave de risco e os mapeamentos de risco realizados, propondo ações de mitigação para os riscos operacionais apontados por esses instrumentos de gestão.
- Comitê de Gerenciamento do Risco Legal: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Controle - DICON, com a participação da Diretoria de Administração - DIRAD e da área jurídica do BRB. Suas principais atividades são analisar os fatos geradores de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, analisar perdas e provisões e determinar ações estratégicas para a mitigação do risco legal do Conglomerado BRB;
- Diretoria de Controle - DICON: responsável pelo gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB, através de seu Departamento de Controle do Risco Institucional - DERIS;
- Gerência de Controle do Risco de Mercado e Liquidez - GERIM: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle - DICON é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle do Risco de Mercado associado à Instituição, bem como o reporte tempestivo das informações pertinentes, de acordo com as premissas definidas pelo Comitê e aprovadas pela Diretoria Colegiada- DICOL;
- Gerência de Controle do Risco de Crédito - GERIC: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle - DICON, é responsável pelo gerenciamento do Risco de Crédito do Conglomerado BRB tanto para alocação de capital, quanto para o desenvolvimento de modelos internos para gestão desse risco e pela consolidação dos dados referentes aos limites operacionais e padrões mínimos de capital;
- Gerência de Controle do Risco Operacional - GERIS: vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle - DICON, possui a responsabilidade de consolidar as informações sobre o gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado BRB, definir os instrumentos de gestão do Risco Operacional, prestar suporte aos gestores na identificação e mitigação de riscos, suprir o Comitê de Gerenciamento do Riscos Operacional com informações relevantes, e executar demais atividades específicas, em âmbito Institucional, para gestão do Risco Operacional. O DERIS é a unidade responsável pelo gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado BRB e empresas controladas.

(\*) A descrição das estruturas de gerenciamento dos riscos está evidenciada na página do BRB. [www.brb.com.br/para\\_você/relacionamento\\_com\\_investidores/gestão\\_de\\_risco](http://www.brb.com.br/para_você/relacionamento_com_investidores/gestão_de_risco).

### c) Risco Operacional

Definição: é o risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo para o gerenciamento do Risco Operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, objetivando a redução das perdas operacionais e a melhoria operacional e uma abordagem quantitativa, visando mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital. Considerando a abordagem quantitativa, o Banco de Brasília consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão. A descrição da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional está disponibilizada ao acesso público na página do BRB ([www.brb.com.br/para\\_você/relacionamento\\_com\\_investidores/gestão\\_de\\_risco/Risco\\_Operacional](http://www.brb.com.br/para_você/relacionamento_com_investidores/gestão_de_risco/Risco_Operacional)), em atendimento ao § 2º do Art. 4º da Resolução CMN n.º 3.380 de 29 de junho/2006.

### d) Risco de Mercado

Definição: De acordo com a Resolução CMN n.º 3.464/2007, define-se como Risco de Mercado "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira". Essa definição inclui os riscos das operações sujeitas à

variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Gerenciar o Risco de Mercado consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as exposições das operações sujeitas às variáveis de mercado, reportando as informações, de forma transparente, à alta administração, acionistas, clientes e ao público em geral. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado do BRB é compatível com a exposição ao risco das suas operações, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna.

O Conglomerado BRB, por meio de sistema informatizado, mensura, monitora e controla o seu Risco de Mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira *Trading*, como na Carteira *Banking*, bem como realiza simulações de condições extremas de mercado, gerando relatórios tempestivos. Os testes de estresse são realizados periodicamente, considerando “cenários de crise” definidos por área especializada, com a finalidade de se verificar o impacto financeiro na atividade comercial do Banco e avaliar a adequação do seu capital regulamentar, face ao cálculo do Índice de Basileia.

#### e) Risco de Crédito

Definição: De acordo com a Resolução CMN n.º 3.721/09, “define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

Gerenciar Risco de Crédito consiste na identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados às exposições sujeitas a esse risco, reportando as informações à Alta Administração. A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito, de acordo com a regulamentação em vigor, compõe-se de unidade específica segregada das unidades de negociação e de auditoria interna. Essa unidade, utilizando-se de sistema informatizado, apura mensalmente a exigência de capital para Risco de Crédito, de acordo com metodologia padronizada estabelecida pela Circular n.º Bacen 3.360/07 e alterações. O gerenciamento do Risco de Crédito é feito através da elaboração e divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente para análise e deliberações ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada – DICOL. Nesses relatórios são apresentadas as apreciações das carteiras de crédito do Banco quanto à inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito; os níveis do Patrimônio de Referência – PR, a alocação de capital regulamentar, o índice de Basileia da Instituição, entre outros, cujas discussões no âmbito do Comitê são submetidas à DICOL para tomada de decisão.

### **Nota 25** Transações com partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas pelas taxas e pelos prazos normais de mercado, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

<b>Operações com a Financeira BRB:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Ativo</b>	<b>193.291</b>	<b>151.704</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	192.608	151.704
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	683	-
<b>Passivo</b>	<b>90</b>	<b>202</b>
Depósitos a Vista	90	202
<b>Receitas</b>	<b>19.474</b>	<b>14.918</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.522	11.926
Ressarcimento de Despesas Administrativas	4.952	2.992
<b>Despesas</b>	<b>14.522</b>	<b>2</b>
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	14.522	2
<b>Operações com a BRB – DTVM:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Ativo</b>	<b>1.457</b>	<b>121</b>
Valores a Receber	907	121
Dividendos e Bonificações	550	-

<b>Operações com a BRB – DTVM:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Passivo</b>	<b>14.284</b>	<b>9.215</b>
Depósitos a Vista	118	170
Depósitos Interfinanceiros de Liquidez	14.166	9.045
<b>Receitas</b>	<b>8.542</b>	<b>6.492</b>
Outras Rendas Operacionais	8.542	6.492
<b>Despesas</b>	<b>520</b>	<b>604</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	520	604
<b>Operações com Cartão – BRB:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Ativo</b>	<b>8.169</b>	<b>3.812</b>
Outros créditos	3.544	683
Outros Valores a Receber de Ligadas	4.625	3.129
<b>Passivo</b>	<b>23.410</b>	<b>53.977</b>
Depósitos a Vista	10.738	85
Depósitos a Prazo	12.672	53.571
Outras Obrigações	-	321
<b>Receitas</b>	<b>14.265</b>	<b>-</b>
Amortização de deságio Cartão BRB	14.265	-
<b>Despesas</b>	<b>5.020</b>	<b>5.023</b>
Despesa Depósitos a Prazo	5.020	5.023

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do BRB - Banco de Brasília S/A.

O orçamento para remuneração dos administradores no exercício de 2011 é de R\$ 8.385 mais encargos.

c) Outras Informações:

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem do seu capital, com mais de 10%;
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

## **Nota 26 Provisões, passivos e contingências passivas**

O BRB e suas Controladas são partes em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e previdenciários, que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

- i) A provisão é reconhecida somente quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.
- ii) O BRB contabiliza e divulga o valor das provisões para contingências classificadas como prováveis, dispensando provisionamento para as contingências classificadas como possíveis e remotas, nos termos da referida Resolução.

O BRB finalizou, em 2010, processo de revisão detalhada e reformulação de determinados procedimentos internos relacionados à identificação, à avaliação e ao monitoramento dos processos jurídicos e administrativos, bem com dos sistemas informatizados pertinentes.

O Comitê de Gerenciamento do Risco Legal foi instituído pela Diretoria Colegiada para revisão da probabilidade de perda e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficiente o ambiente de controle desses assuntos e para aderência plena aos normativos legais.

Em decorrência da edição da Resolução n.º 3.823/09 do CMN, que adotou o Pronunciamento Técnico n.º 25 do CPC, e da implementação das novas práticas contábeis internacionais, a Diretoria Colegiada aprovou, no primeiro semestre de 2010, uma nova Política de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Provisões Legais, Ativos e Passivos Contingentes.

O BRB está aderente à nova legislação em vigor e está implementando novas rotinas associadas à Política, tais como: análise da probabilidade de perda no início dos processos; possibilidade de análise das contingências em bloco, de determinadas causas que versem sobre causas de pedir semelhantes ou idênticas; estimativa do real valor em risco com base em critérios objetivos e subjetivos; fixação de responsabilidades; regras de tratamento para ativos contingentes; e, diretrizes para a divulgação das informações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos contenciosos:

### a) Contingências classificadas como "Risco Provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as suas respectivas movimentações no exercício.

<b>BRB-Múltiplo</b>						
<b>Natureza:</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>Utilização</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>31/12/2010</b>
Trabalhistas	46.695	8.251	(6.028)	(7.015)	5.242	47.145
Cíveis	12.007	38.669	(3.922)	(1.431)	1.571	46.894
<b>Subtotal</b>	<b>58.702</b>	<b>46.920</b>	<b>(9.950)</b>	<b>(8.446)</b>	<b>6.813</b>	<b>94.039</b>



**BRB-Múltiplo**

Natureza:	31/12/2009	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	31/12/2010
Fiscais – CSLL	136.907	32.247	-	-	21.754	190.908
INSS – SAT (*)	8.974	14.510	-	(63)	579	24.000
INSS – PLR	-	17.000	-	-	-	17.000
Salário Educação (**)	1.851	-	-	-	57	1.908
PIS e COFINS	-	16.985	-	-	-	16.985
<b>Total</b>	<b>206.434</b>	<b>127.662</b>	<b>(9.950)</b>	<b>(8.509)</b>	<b>29.203</b>	<b>344.840</b>

**BRB-Consolidado**

Natureza:	31/12/2009	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	31/12/2010
Trabalhistas	46.728	8.251	(6.042)	(7.021)	5.245	47.161
Cíveis	12.020	40.043	(3.922)	(1.439)	1.572	48.274
<b>Subtotal</b>	<b>58.748</b>	<b>48.294</b>	<b>(9.964)</b>	<b>(8.460)</b>	<b>6.817</b>	<b>95.435</b>
Fiscais – CSLL	226.307	32.407	-	(2.098)	27.239	283.855
INSS – SAT (*)	8.974	14.510	-	(63)	579	24.000
INSS – PLR	-	17.000	-	-	-	17.000
Salário Educação (**)	1.851	-	-	-	57	1.908
PIS e COFINS	832	19.092	-	(111)	79	19.892
<b>Total</b>	<b>296.712</b>	<b>131.303</b>	<b>(9.964)</b>	<b>(10.732)</b>	<b>34.771</b>	<b>442.090</b>

(\*) Refere-se a recolhimento a menor da contribuição incidente sobre as remunerações pagas no mês, cuja finalidade é o financiamento do SAT – Seguro Acidente de Trabalho do período de janeiro de 1992 a dezembro de 1997, cujos valores o Banco decidiu pelo aprovisionamento, corrigidos pelo INPC. Considerando-se que quase todo o período exigido pelo Fisco foi abrangido pela prescrição quinquenal, o Banco aguarda tão somente o ajuste nos sistemas informatizados da Receita para realizar os ajustes internos, seja para fins de baixa ou ajuste de valor.

(\*\*) O débito refere-se a multas aplicadas pelo FNDE em decorrência de atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário-Educação. Ocorre que o Banco recolheu oportuna e corretamente a contribuição, utilizando-se do benefício da denúncia espontânea. Como o recurso administrativo interposto pelo BRB não prosperou, foi ajuizada a ação Anulatória de Débito Fiscal, distribuída para a 22ª Vara Federal de Brasília, sob n.º 2003.34.00.043653-3, por meio da qual busca obter a declaração de total insubsistência da exigência fiscal, com a consequente desconstituição do lançamento. Vale salientar que, apesar de a probabilidade de perda ser PROVÁVEL, foi realizada provisão em 31.08.2007, no importe de R\$ 1.690.

Trabalhistas – as contingências referem-se basicamente a ações com pleitos relativos a horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho;

Cíveis – as contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança;

Fiscais – as contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.(nota 26c).

## b) Contingências de risco possível:

Existem 210 (59 em 31/12/2009) processos de natureza cível no montante de R\$ 89.811 (R\$ 7.401 em 31/12/2009) promovidos contra o Banco cuja probabilidade de perda está definida como “possível” e 32 (26 em 31/12/2009) processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda definida como “possível” no montante de R\$ 6.245 (R\$ 1.477 em 31/12/2009). Existem, ainda, 4 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 39.280 com probabilidade de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Natureza	31/12/2010		31/12/2009	
	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos	Valor
Cível	210	89.811	59	7.401
Trabalhista	32	6.245	29	1.477
Fiscal	04	39.280	-	-

### c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

#### Banco Múltiplo

O Banco está contestando, administrativa e judicialmente, autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18/02/1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. O entendimento, até então, defendido pelos consultores jurídicos internos e externos do Banco, relativamente aos efeitos da coisa julgada, foi ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 731250 - PE. Nessa esteira, as teses esposadas na ação Anulatória ajuizada pelo BRB, sob n.º 2006.34.00.001140-3, em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, visa anular as exações da Receita. Importante registrar que, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 2005.01.00.072657-1, o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão concedendo a liminar pleiteada pelo BRB para suspender a exigibilidade dos débitos, em 15/12/2005, mediante caução de títulos, reconhecendo os seguintes fundamentos e alegações sustentados pelo Banco: a) afronta ao princípio constitucional da coisa julgada; b) cobrança de crédito tributário alcançado pela decadência e prescrição; c) cobrança de crédito tributário sem o correspondente fato gerador; e, d) cobrança de sanções administrativas tributárias (obrigações acessórias) sem a existência da correspondente obrigação principal (CSLL propriamente dita). Esta decisão restou confirmada, à unanimidade, pela Oitava Turma do TRF da 1ª Região, em acórdão publicado em 19/12/2008, que transitou em julgado. O processo encontra-se em fase de produção de prova pericial, para exame das diversas teses sustentadas pelo Banco.

Em que pese as manifestações jurisprudenciais favoráveis, o Banco mantém a provisão constituída no montante de R\$ 190.908. (R\$ 136.907 em 31/12/2009), as quais são suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

#### Controladas - BRB CFI e BRB DTVM

A BRB-DTVM e a BRB-CFI discutem judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, por meio da Ação Ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras, consoante melhor interpretação do art. 4º da Lei n.º 7.689/1988, bem como dos arts. 110 do CTN e 195, inciso I, da CF/1988.

Desde então os recolhimentos mensais da contribuição passaram a ser depositados em juízo, com regular provisionamento.

Todavia, a Administração de ambas as empresas optou por aderir ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6/2009 e alterações, posteriores, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da BRB-CFI n.º 526, de 25/11/2009, e Ata da Reunião da Diretoria Colegiada da BRB-DTVM n.º 507, de 26/11/2009, relativamente à demanda da CSLL.

Foi protocolado no processo judicial, em 27/11/2009, petição para que os depósitos sejam convertidos em pagamento definitivo ou rendas da União, após homologação dos valores pela Secretaria da Receita Federal, bem assim requerimento para o levantamento do saldo remanescente em favor das autoras, no termos do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6, de 22/07/2009.

### d) Autuações referente ao INSS

O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (NFLD's 35.360.580-8 - R\$ 48.908; 35.360.575-1 - R\$ 1.201; 35.360.577-8 - R\$ 2.831 e 35.360.579-4 - R\$ 3.614). A primeira refere-se à majoração de alíquotas. As demais, ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial definido em acordo coletivo.

Em relação ao débito exigido por meio da NFLD 35.360.580-8, cujo valor atualizado chega a aproximadamente R\$ 80.000., por força da aplicação do enunciado da Súmula Vinculante n.º 8, do Supremo Tribunal Federal, em recursos aviados pelo Banco e acolhidos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e pelo Superior Tribunal de Justiça, grande parte do débito foi afastada com base

na tese da decadência quinquenal, restando período inferior a um ano para fins de discussão quanto à tese da coisa julgada, sendo, entretanto, efetivada a provisão, em estrita observância ao princípio do conservadorismo.

No que tange às demais NFLD's, que somavam de principal R\$ 7.646, os recursos foram julgados parcialmente procedentes em favor do Banco pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), com redução significativa do débito, remanescendo em 02/2006 o valor de R\$ 6.102. A parte remanescente encontra-se em discussão na esfera judicial, visto que as teses defendidas pelo Banco estão em consonância com a legislação e a jurisprudência consolidada no âmbito dos tribunais superiores, notadamente o STJ e o TST. O débito total é objeto de execução fiscal ajuizada pelo INSS, que tramita na 19ª Vara Federal sob n.º 2004.34.00.022890-1, com valor da causa de R\$ 11.276, sendo foram interpostos os competentes embargos, de n.º 2006.34.00.012233-3, sendo amplamente favoráveis as possibilidades de reversão pelo Banco, diante da grandeza das teses defendidas pelo Banco, eis que em consonância com a legislação e a jurisprudência.

O Banco recebeu ainda, em dezembro de 2007, três autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) no valor total de R\$ 37.513, abrangendo o período de maio/2003 a abril/2007. As autuações foram devidamente impugnadas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.850, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco. Em estrita observância ao princípio do conservadorismo, foi realizada em relação a esta NFLD, em 2010, provisão no importe de R\$ 17.000, calcada no fundamento de que no máximo a tributação incide sobre os pagamentos que não guardam, entre si, pelo menos seis meses (REsp 496.949-PR). A segunda (NFLD n.º 37.135.116-2) refere-se às contribuições previdenciárias (INSS) supostamente devidas sobre comissões nas vendas de cartões de crédito e seguros. A terceira (AI n.º 37.135.118-9) diz respeito à não inclusão de tais contribuições na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP.

e) PIS – Emendas Constitucionais n. 1/94 e 10/96

Tais Emendas trouxeram nova sistemática de cálculo do PIS devido pelas instituições financeiras, na medida em que criou uma incidência especial destinada ao financiamento do Fundo Social de Emergência (1994 e 1995) e do Fundo de Estabilização Econômica (1996 e 1997). Na proposição da incidência especial o legislador constituinte definiu, inequivocamente, tanto a base de cálculo própria quanto a alíquota aplicável ao PIS devido pelas instituições financeiras, nos termos das disposições transcritas acima.

Pelos dispositivos acima transcritos, a base de cálculo da incidência especial do PIS seria idêntica àquela definida na legislação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, a qual não incluía as rendas decorrentes de receitas financeiras.

Posteriormente a União baixou a Medida Provisória n.º 517/94, a qual alargou a base de cálculo do PIS/PASEP para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os arts. 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

A par dessa inconstitucionalidade, em 18/06/1996 o BRB e a BRB CFI ingressaram com uma Ação Ordinária contra a União, ocasião em que postulou o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela ECR n.º 01/94 e pela EC n.º 10/96, ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/94.

Na primeira instância a ação foi julgada procedente e o Banco foi autorizado a recolher o PIS/PASEP, previsto pela ECR n.º 01/94 e pela EC n.º 10/96, tomando por base de cálculo a receita bruta operacional, tal como prevista na legislação do Imposto de Renda (art. 44 da Lei n.º 4.506/64, art. 12 do Decreto-lei 1.598/77 e art. 226 do Regulamento do Imposto de Renda).

Por último, no julgamento da apelação da Fazenda Nacional realizado em agosto de 2006, o TRF da 1ª Região reformou a sentença e julgou improcedente a ação ajuizada pelo Banco. O BRB e a BRB CFI ingressaram com Embargos Infringentes, que também foi improvido pelo TRF da 1ª Região. No prazo legal o BRB ingressou com Recurso Especial, cujo processamento foi obstaculizado, transitando em julgado.

Durante a tramitação do processo e na vigência dos fundos acima referidos, o Banco efetuou mensalmente o depósito judicial do valor do PIS calculado com base na MP questionada, cujo valor atualizado pela Caixa Econômica Federal atinge, em 14/9/2010, o montante aproximado de R\$ 9.240. À época, não foi constituída a respectiva provisão porque a sentença proferida foi favorável ao Banco e estava de acordo com a jurisprudência de diversos Tribunais Federais. Daí os motivos pelos quais foi constituída provisão, em 2010, para fazer frente à obrigação, no montante de R\$ 9.610: (a) R\$ 7.890 em nome do BRB; e, (b) R\$ 1.720 em nome da BRB CFI.

#### f) PIS – REPIQUE

O processo n.º 14033.003573/2008-88 refere-se a não homologação de DCOMP's, cujo crédito originou-se de pagamento a maior de PIS oriundo de decisão judicial no processo n.º 1996.34.00.18578-9 (Pis-Repique), uma vez que o Fisco considerou-o insuficiente para quitação dos débitos compensados.

A Manifestação de Inconformidade ao Despacho Decisório foi apresentada em 21/05/2009, abrangendo tanto questões de direito (abrangência da decisão judicial transitada em julgado), quanto de erros na metodologia de cálculo. Ademais, ainda há discussão judicial sobre o assunto no Mandado de Segurança n.º 2007.34.00.030802-2 e Ação Anulatória n.º 55935.93.2010.4.013400.

No caso, a probabilidade de perda é PROVÁVEL, principalmente no que se refere ao teor da decisão judicial, sendo efetivada provisão no importe aproximado de R\$ 9.000.

#### g) Provisão Regius

Processo n.º 2002.34.00.028196-9

Requerente: AFABRB - Associação dos Funcionários Aposentados do BRB

Requeridos: BRB - Banco de Brasília S/A, Regius e União

Versa a demanda em epígrafe sobre suposta nulidade do ato expedido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, que aprovou a alteração regulamentar da REGIUS, incluindo em seu Regulamento dispositivo que autorizava a suspensão das contribuições dos participantes ativos e inativos, bem como dos patrocinadores no período de 01.02.97 a 31.12.97.

Especificamente, o ato impugnado tornou-se público por meio do Ofício n.º 116 SPC/CGOF/COJ, de 04.03.97, que autorizou a inclusão do art. 60, com o teor acima retratado, ao Regulamento da REGIUS diante do superávit financeiro no exercício de 1996, fato inconteste nos autos, inclusive, comprovado por perícia.

Por sua vez, os requeridos - BRB, Regius e União - apresentaram várias teses de defesa, contrapondo-se fundamentadamente aos pedidos da inicial, suscitando também algumas preliminares, como a

prescrição, a ilegitimidade passiva e o litisconsórcio necessário. Nesse ponto, importante destacar que todas as defesas se reportaram ao fato de que não houve prejuízo às reservas da REGIUS, nem tampouco aos próprios beneficiários e que inexistia qualquer vedação legal incidente sobre o novel dispositivo regulamentar.

No curso processual, particularmente na fase probante, a AFABRB postulou pela realização de perícia atuarial, o que fora deferido pelo magistrado oficiante. A conclusão do expert bem assentou as linhas defensivas dos então requeridos no sentido de que inexistiu qualquer prejuízo à REGIUS, tanto é que a própria AFABRB suscitou suposta suspeição do perito sem quaisquer fundamentos, arguição indeferida pelo juiz.

Ocorre que, não obstante a perícia contrária à postulação dos autos, o magistrado de primeiro grau, sem sequer levá-la em consideração, no mérito, afastando as preliminares levantadas, julgou "procedente o pedido, para condenar a União, em relação às contribuições dos participantes, e o Banco de Brasília, em relação às suas contribuições, a ressarcirem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada, pelas contribuições não vertidas por essas categorias de contribuintes no período de fevereiro a dezembro de 1997".

Diante de tal situação, em que pese a relevância das teses jurídicas defendidas pelo BRB mas levando-se em consideração a condenação sofrida em primeira instância, o Banco optou em constituir provisão no montante de R\$ 29.400.

#### **Nota 27** Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 7.954 (R\$ 18.268 em 31/12/2009), os quais estão relacionadas com operações de crédito de órgãos oficiais, consórcio e cessões de crédito, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional.

a) Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### **Nota 28** Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da REGIUS - Sociedade Civil de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais aos seus participantes, nas seguintes modalidades:

Plano 1 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, custeado por contribuições dos participantes ativos que estão divididos entre: 3% até 50% do teto do salário de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), 5% do que exceder de 50% a 100% do teto, e 12% do que exceder a 100% do teto, e assistidos de 15% sobre os benefícios, e pela patrocinadora, paritariamente.

Plano 3 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade benefício definido para os benefícios de risco. Esse plano prevê contribuições flexíveis do participante, e a contribuição da patrocinadora poderá variar entre 6% a 8% sobre o salário de participação de cada participante ativo.

Para custeio da REGIUS, o BRB contribuiu no exercício com R\$ 18.542 (R\$ 16.447 em 31/12/2009)

correspondente a contribuições mensais determinadas por cálculos atuariais.

A Deliberação CVM n.º 371/00 aprovou e tornou obrigatória, para as companhias abertas, a adoção do pronunciamento sobre a contabilização dos benefícios a empregados, elaborado pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores calculados por atuário externo, conforme parecer de 21 de janeiro de 2011, estão a seguir sumariados:

	31/12/2010		31/12/2009	
	PLANO 1	PLANO 3	PLANO 1	PLANO 3
Valor presente total das obrigações atuariais	1.021.286	28.136	791.167	20.347
Valor justo dos ativos do plano	(1.112.513)	(29.297)	(881.202)	(22.648)
Resultado do plano	(91.227)	(1.161)	(90.035)	(2.301)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	71.550	362	80.201	927
Contribuições sobre benefícios dos futuros assistidos	-	-	-	-
Passivo (ativo) atribuível ao patrocinador	-	-	-	-
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador (*)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(19.677)	(799)	(9.834)	(1.374)
Valor contabilizado	-	-	-	-

(\*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n.º 109/2001, observando-se o Plano de Custeio vigente, cuja proporção contributiva entre participantes e patrocinadores está fixada em 1:1. No caso do Plano de Benefícios 3, por se tratar de um Plano Misto de Benefícios, levou-se em consideração apenas as obrigações com os benefícios de risco, estruturado na modalidade de benefício definido e integralmente custeado pelo patrocinador.

As principais premissas econômicas:

	31/12/2010	31/12/2009
Taxa real de juros	6,00%	6,40% a.a.
Taxa estimada de inflação	5,00%	4,50% a.a.
Taxa de rotatividade (ativos)	0,00%	0,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial (ativos)	1,95%	1,72% a.a.
Participantes da Cartão BRB	0,00%	-
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0,00%	0% a.a.
Capacidade de benefícios:		
▪ PB01	100%	98%
▪ PB03	100%	98%
Capacidade salarial	100%	98%

Índices dos Planos:	31/12/2010	31/12/2009
▪ PB01	IPCA	IPCA/IBGE
▪ PB03	IPCA	Variação da cota, limitada a variação do IPCA/IBGE
Método de Financiamentos:	-	Crédito Unitário Projetado (PUC)

O reconhecimento contábil dos ganhos e perdas atuariais segue o previsto nos itens 53 e 54 da NPC 26 do IBRACON, que permite o registro como receita ou despesa do montante que exceder a 10% do valor presente do passivo atuarial ou 10% do valor justo dos ativos, o que for maior.

#### b) Plano de saúde

O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrado pela BRB SAÚDE-Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os recursos necessários ao custeio do Plano de Saúde têm as seguintes origens:

Patrocinadoras: Contribuição mensal correspondente a 4% do valor bruto da folha de pagamento dos

empregados ativos;

Empregados ativos: contribuição mensal de 2% calculada sobre o valor bruto da respectiva remuneração, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

Aposentados e pensionistas: contribuição mensal calculada sobre o valor bruto das complementações pagas pelo Fundo de Pensão (REGIUS);

Ex-empregados optantes pelo benefício diferido: contribuição fixa de 4% sobre o último salário enquanto ativo na patrocinadora, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

De acordo com o Convênio de Adesão firmado entre o Banco e a BRB-SAÚDE – Caixa de Assistência e o Regulamento do Plano de Saúde, a patrocinadora cobrirá déficit operacional somente em relação aos empregados ativos, proporcionalmente ao percentual de suas contribuições, não existindo, portanto, compromissos pós-emprego com os assistidos (aposentados). O Plano de Saúde encontra-se superavitário na data-base de 31/12/2010, registrando como superavit do exercício a importância de R\$ 1.151 (R\$ 3.004 em 31/12/2009) e o Patrimônio Social de R\$ 39.880.

c) Efeito das alterações introduzidas pelo Pronunciamento CPC 33 no cálculo do passivo de benefícios pós-emprego do BRB

As novas regras estabelecidas pelo CPC 33 apresentam de forma mais detalhada os procedimentos a serem adotados para a mensuração da obrigação atuarial, do valor justo dos ativos do plano e do passivo/ativo atuarial a ser reconhecido pela empresa em seu balanço, bem como as premissas atuariais que podem ser utilizadas, em especial as premissas relacionadas com o cálculo do passivo de benefício de plano de saúde. Todavia, em relação aos cálculos elaborados na avaliação de benefícios pós-emprego do BRB, essas modificações não implicaram em alterações substanciais no valor do passivo/ativo atuarial, exceto pela regra de transição, que determina o completo reconhecimento das perdas e ganhos atuariais acumulados no momento da implantação do pronunciamento.

Conforme CPC 33, seguem informações complementares:

i) Discriminação do valor justo dos ativos do plano por categoria principal de ativos:

<b>Composição</b>	<b>Plano PB01</b>	<b>Plano PB03</b>
Ações	225.735	8.804
Renda fixa	649.322	16.847
Outros ativos	138.070	2.248
Outros fundos de investimento	99.386	2.956
<b>Total</b>	<b>1.112.513</b>	<b>30.855</b>

ii) Efeito da alteração no percentual das taxas de tendência dos custos médicos:

O BRB não possui responsabilidade em relação ao benefício pós-emprego do plano de saúde.

iii) Valor presente da obrigação de planos de benefício definido, do valor justo dos ativos do plano e do superávit ou déficit atuarial:

- Plano de Benefícios PB01

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Obrigação Atuarial (A)	1.021,29	791,17	777,62	683,45	539,01
Valor justo (B)	1.112,51	881,20	764,54	769,19	648,91
<b>Resultado (B-A)</b>	<b>91,22</b>	<b>90,03</b>	<b>(13,08)</b>	<b>85,74</b>	<b>109,90</b>

#### - Plano de Benefícios PB03

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006(*)</b>
Obrigação Atuarial (A)	28,14	20,35	12,12	11,06	0,22
Valor justo (B)	29,30	22,65	12,61	12,84	0,22
<b>Resultado (B-A)</b>	<b>1,16</b>	<b>2,30</b>	<b>0,49</b>	<b>1,78</b>	<b>-</b>

(\*) A avalia o de 2006 considerou apenas os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido (invalidez e morte), sendo que as demais avalia es consideram o plano como um todo.

#### **Nota 29** Outras informa es

- a) Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.
- b) Participa o nos lucros - O Banco destinou aos empregados e diretores o valor de R\$ 26.490 (R\$ 28.759 em 31/12/2009) a título de participa o no lucro (PLR). Essa participa o foi apurada com a aplica o do percentual de 15% sobre o lucro líquido ajustado no primeiro semestre de 2010; e 13% para o segundo semestre de 2010 e 2009 e 18% no primeiro semestre de 2009, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, na forma da Lei n.  10.101, de 19/12/2000.
- c) O Banco mant m por meio da sua Controlada, a BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., participa o no fundo de investimento em participa es BRB-CORUMBÁ, no valor de R\$ 48.893 (R\$ 42.053 em 31/12/2009), registrado em 16/03/2005.

O Fundo foi constituído em 10 de dezembro de 2004, com início das opera es em 29 de abril de 2005. O prazo de dura o do Fundo   de 15 (quinze) anos, contados a partir do início de suas opera es, data da primeira subscri o de cotas, podendo ser prorrogado se proposto pelo Comitê de Investimentos e aprovado pela Assembléia Geral.

- d) A demonstra o dos fluxos de caixa relativo ao exercício de 2009 foi ajustada, objetivando melhor evidencia o dos fluxos de caixa para o citado período. Conforme disposto na Resolu o 3.604/08 do Bacen:

*"Art. 3  Na defini o de equivalentes de caixa, um investidor deve ter, na data de aquisi o, prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias."*

#### **DIRETORES**

NILBAN DE MELO JÚNIOR (Respondendo pela Presidência)  
LAÉCIO BARROS JUNIOR  
DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR  
CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER  
KELSON C RTE  
ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ  
ANDRÉ LUÍS CARVALHO DA MOTTA E SILVA

#### **CONSELHO FISCAL**

JOSÉ ALVARES DA COSTA (Presidente)  
JOÃO OTÁVIO PEREIRA MARQUES  
JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS  
MÁRIO THIAGO GOMES DE S  PADILHA

#### **CONSELHO DE ADMINISTRA O**

ADEMIR MALVAZI (Presidente em exercício)  
ARGEU RAMOS DA SILVA  
DIRCE DOS SANTOS VARANDAS  
JÚLIO CESAR MOREIRA BARBOSA

#### **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE GERAL**

ADÃO ALVES DOS PASSOS  
Contador CRC/DF N.  007730/O-9  
CPF 248.865.721-20